



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS INIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

WYSNEY PEREIRA ROCHA

**RURALIDADE E DESPROTEÇÃO SOCIAL:
UM RETRATO DA COMUNIDADE DO RIBEIRÃO CHUPÉ**

Miracema do Tocantins, TO

2021

Wysney Pereira Rocha

**Ruralidade e desproteção social:
um retrato da comunidade do Ribeirão Chupé**

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa.

Miracema do Tocantins, TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R672r Rocha, Wysney Pereira.
Ruralidade e desproteção social: um retrato da comunidade do Ribeirão Chupé. / Wysney Pereira Rocha. – Miracema, TO, 2021.
88 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2021.
Orientadora : Juliana Biazze Feitosa

1. Ruralidade. 2. Políticas Sociais - Brasil. 3. Psicologia. 4. Comunidade do Ribeirão Chupé. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

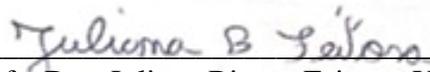
WYSNEY PEREIRA ROCHA

RURALIDADE E DESPROTEÇÃO SOCIAL:
UM RETRATO DA COMUNIDADE DO RIBEIRÃO CHUPÉ

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema, Curso de Psicologia, para obtenção do título de Psicólogo e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 16/12/2021

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa, UFT.



Profa. Dra. Ana Cristina Serafim da Silva, UFT.



Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, UFT.

Dedico esse trabalho especialmente aos moradores e moradoras da comunidade do Ribeirão Chupé e também a todos (as) que acreditam e lutam pelos direitos sociais nos contextos rurais. Dedico também aqueles que se foram e infelizmente não puderam usufruir do sonho da Reforma Agrária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente minha mãe e companheira de todas as horas, Carmelita. Escrever esse trabalho hoje também é uma homenagem para ela, significa que estou perto de finalizar o sonho da graduação, e se isso está sendo possível hoje é porque ela não mediu esforços para me ajudar de todas as formas possíveis para que eu pudesse concluir esse sonho.

Agradeço aos meus avós que sempre viram minha formação como parte de um sonho que também era deles, e também contribuíram para minha formação, agora está mais próximo deles terem um neto formado.

Agradeço aos meus amigos (as): Daniel, Michel, Ingrid, Francielly e Amanda Christina que desde o início da graduação me acompanham na minha jornada, através desse grupo tivemos várias emoções e muitas histórias, somos adultos, mas também eternas crianças.

Agradeço também a Elisa, Amanda Cecília, Isabela, Esthéfane, Jéssica, Larissa, Matheus que sempre compartilharam as aflições do ser universitário, e dos bons momentos que tivemos, e também das viagens que pudemos fazer juntos. Agradeço em especial minha colega Jayana Milhomem, que assim como eu trilhou caminhos pela temática das ruralidades, e pudemos compartilhar experiência na escrita dos nossos TCCs.

Agradeço muito a minha orientadora, que chegou recentemente, mas que marcou minha história como estudante, foi um ano de muito trabalho, mas também de muito companheirismo, compreensão e amizade. Sou muito grato por tê-la como orientadora, finalizar esse trabalho também representa o êxito de sua orientação.

Agradeço aos professores que participaram da minha formação enquanto futuro profissional da Psicologia, agradeço a banca pela qual tenho muito afeto e admiração. Agradeço ao professor Dr. José Fernando Patiño Torres e ao grupo de Pesquisa Subjectivus pelos caminhos que pudemos trilhar dentro da pesquisa e das possibilidades que se formaram a partir dessas experiências.

Agradeço a todos (as) colegas da Turma II – Porque Bauman, e de outros espaços que me apoiaram e/ou fizeram parte do meu percurso na UFT.

RESUMO

As desigualdades sociais geram condições de pobreza que não se expressam apenas no meio urbano, mas também abrange o território das ruralidades, espaço este, que muitas vezes ainda é invisibilizado diante das políticas sociais e da atuação dos profissionais de psicologia e de outras áreas. Tais práticas também se consolidam através da naturalização das desigualdades sociais, por isso é necessária uma leitura crítica dos fenômenos sociais. Considerando estes aspectos, o trabalho em questão visa fazer uma discussão acerca do acesso às políticas sociais em interface com as ruralidades e objetiva compreender como a naturalização da pobreza se configura como um fator de exclusão de acesso aos direitos sociais dos moradores da comunidade do Ribeirão Chupé. Recorremos enquanto estratégia metodológica à pesquisa histórica, qualitativa e de campo. A pesquisa foi realizada com a comunidade acampada que vive as margens do rio Ribeirão Chupé, localizada na rodovia TO-050, entre o município de Palmas e Porto Nacional. Atualmente vivem 15 famílias na referida comunidade. O instrumento de pesquisa adotado foi a entrevista semiestruturada, que se configurou como um recurso para se trabalhar com a história oral. Para o tratamento dos dados criamos categorias de análise, que foram interpretadas a partir da história. Como resultados, destacamos que as políticas sociais por si só, não são capazes de promover igualdade social, é preciso superar sua lógica de assegurar o mínimo e caminhar para uma nova forma de sociabilidade. Ademais, faz-se necessário a adoção de uma perspectiva crítica na atuação dos profissionais que vão atender as populações em contexto de ruralidade, respeitando e conhecendo a territorialidade e a historicidade dos contextos de trabalho. Ainda há a necessidade de muitas discussões e implicação popular para que possamos trilhar caminhos de modo a combater e superar a pobreza, da mesma forma faz-se cada vez mais necessário que não naturalizemos os fenômenos sociais que circundam a consolidação da nossa sociedade e o passado histórico que ainda hoje marca as populações negras, indígenas, camponesas, LGBTQIA+, dentre tantas outras.

Palavras-chave: Ruralidade. Políticas Sociais. Psicologia.

ABSTRACT

Social inequalities generate poverty conditions that are not only expressed in the urban environment, but also in rural areas, which are often invisible to social policies and the professional performance of some sectors. Such practices are also consolidated through the naturalization of social inequalities, which is why a critical reading of social phenomena is necessary. Considering these aspects, the work in question aims to discuss the access to social policies in interface with ruralities and aims to understand how the naturalization of poverty is configured as a factor of exclusion from access to social rights of the residents of the Ribeirão Chupé community. As a methodological strategy, we used historical, qualitative, and field research. The research was carried out with the camped community that lives on the banks of the Ribeirão Chupé river, located on the TO-050 highway, between the cities of Palmas and Porto Nacional. Currently, 15 families live in this community. The research instrument adopted was the semi-structured interview, which was configured as a resource for working with oral history. For data treatment we created analysis categories, which were interpreted based on history. As results, we highlight that social policies by themselves are not able to promote social equality; it is necessary to overcome their logic of ensuring the minimum and move towards a new form of sociability. Furthermore, it is necessary to adopt a critical perspective in the work of the professionals who will attend the populations in rural contexts, respecting and knowing the territoriality and the historicity of the work contexts. There is still the need for many discussions and popular involvement so that we can follow paths to fight and overcome poverty, in the same way it is increasingly necessary that we do not naturalize the social phenomena that surround the consolidation of our society, and the historical past that still marks black, indigenous, peasant, LGBTQIA+ populations, among many others.

Keywords: Rurality. Social Policies. Psychology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Casa de uma das entrevistadas	41
Figura 2: Parte interna da casa de uma moradora.....	45
Figura 3: Caixa com alimentos de moradora.....	48
Figura 4: Preparo de alimento em fogão a lenha	48
Figura 5: Poço da casa de uma morada	49
Figura 6: Casas de lona e madeira dos moradores.....	51
Figura 7: Casas dos moradores da comunidade	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	PRODUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DA HISTÓRIA.....	19
3	RURALIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE.....	27
3.1	A psicologia em contato com as ruralidades	32
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	36
4.1	Classificação da pesquisa	36
4.2	Caracterização do campo e técnica de coleta de dados	37
4.3	Procedimentos e questões éticas	38
4.4	Tratamento e análise dos dados.....	39
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
5.1	Do sonho da terra, às dificuldades da vida: narrativas de uma década.....	41
5.2	“Sem alimentos e sem poder plantar”: narrativas da insegurança alimentar e as consequências dos agrotóxicos.....	45
5.3	“Nós somos escarrados, nós somos os excluídos”: narrativas da ausência de acesso aos serviços de saúde e assistência.....	51
5.4	“Aqui a gente se sente à vontade”: narrativas de viver em contexto de ruralidade	56
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS.....	61
	APÊNDICES	69
	ANEXO	86

1 INTRODUÇÃO

A questão do acesso à terra e das políticas sociais são dois fenômenos que se interpelam na constituição da nossa sociedade e demonstram como as desigualdades sociais ainda produzem sujeitos invisibilizados mesmo diante dos avanços das políticas sociais. O contexto rural por ter uma dinâmica diferente do meio urbano, muitas vezes é esquecido no que tange a formulação e execução da garantia de direitos. O caderno de desenvolvimento rural produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2005) ressalta que embora as diretrizes e objetivos de desenvolvimento precisam ser abrangentes no que tange ao território nacional, deve se respeitar as necessidades de cada território, logo se torna necessário elaborar ações específicas de políticas de desenvolvimento e inclusão social, com intuito de diminuir as desigualdades sociais das áreas rurais.

Nos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social (2015) consta a problematização sobre a concepção de pobreza associada apenas aos centros urbanos e o dado que uma a cada quatro pessoas que vivem no campo se encontram em situação de extrema pobreza. A incidência de extrema pobreza no contexto rural é de 25,5%, no meio urbano ela cai para 5,4% e no que tange ao analfabetismo é de 20% no campo contra 7,7% no urbano. Através desses dados devemos enfatizar que qualquer discussão acerca da redução das desigualdades e superação da pobreza, deve ser mediada por diagnósticos, estratégias e ações que levem em conta a real condição social dos povos que vivem nos contextos de ruralidade.

A pobreza para além de uma condição social, física, econômica e subjetiva, deve ser entendida como uma violência simbólica que fere a existência de quem vive em tal realidade. Sen (2010) destaca que a pobreza deve ser compreendida como uma situação de limitação humana, que impede os indivíduos de gozarem plenamente da sua condição de cidadão, quer seja no campo cultural, social, educacional, político, religioso e produtivo. Essa compreensão nos dá uma noção multifatorial da pobreza, por isso busca-se incluir as políticas sociais associadas a tal questão nesta pesquisa, sempre adotando uma perspectiva histórica e contextualizada da realidade social, levando sempre esse problema social para um nível coletivo que não se limita ao indivíduo na condição de pobreza.

Um dos temas constantes no que tange as ruralidades tem sido a questão agrária. Costa e Viana (2018), destacam que a questão agrária passa pelo campo da questão social¹, pois é

¹ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a

algo endógeno ao capitalismo e tem sua explicação a partir do processo da acumulação e reprodução ampliada do capital. Assim podemos considerar que a questão da terra está intimamente ligada aos direitos sociais e a questão social que fundamenta as discussões sobre as desigualdades e outros fenômenos sociais que permeiam a nossa sociedade.

Considerando estes aspectos, o trabalho em questão visa fazer uma discussão acerca do acesso às políticas sociais em interface com as ruralidades e objetiva compreender como a naturalização da pobreza se configura como um fator de exclusão de acesso aos direitos sociais dos moradores da comunidade do Ribeirão Chupé. A referida comunidade vive acampada no território localizado na rodovia TO-050, entre os municípios de Palmas e Porto Nacional. Atualmente vivem 15 famílias no espaço que se organiza geograficamente entre a rodovia e a divisa de uma fazenda, próximo ao Ribeirão Chupé. Essa comunidade já tem um percurso histórico neste local, a moradora mais antiga vive há 15 anos naquele ambiente. Segundo ela, muitos vieram pela promessa da reforma agrária, fato que não se concretizou e como não tinham para onde ir, muitos permaneceram as margens da rodovia e alguns chegaram posteriormente.

Na comunidade não há energia elétrica, a água utilizada vem dos poços que foram perfurados, as casas são construídas de madeira e cobertas com lonas ou palhas. As famílias não possuem renda fixa, alguns vivem de trabalho informal, quando aparece algum trabalho nos arredores. Outro aspecto que complexifica a situação é que nenhuma das famílias acessa as políticas e benefícios sociais e o povoado sequer é conhecido pelos serviços, fato constatado quando buscamos os serviços públicos de Palmas e Porto Nacional com o intuito de obter maiores informações sobre a citada comunidade, durante a busca ativa foi constatado que o povoado está na abrangência do município de Porto Nacional, porém os moradores evidenciam que as vezes é mais fácil conseguir acesso aos serviços em Palmas.

Os fatos narrados acima demonstram como a desigualdade é naturalizada na nossa sociedade, pois o povoado vive a margem de uma rodovia que dá acesso a capital e que apresenta constante fluxo de tráfego, mas, mesmo assim os serviços não tinham conhecimento da existência dessas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, evidenciando o quanto a condição de existência da comunidade está naturalizada.

As desigualdades sociais são inerentes a consolidação da sociedade capitalista, por vezes dados numéricos são os únicos indicadores utilizados para medir a questão da pobreza, não que isso seja uma condição arbitrária, mas em muitos contextos as pessoas são minimizadas

qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p.77).

em quantidade, perdendo-se o caráter qualitativo e singular das suas condições de vida. Souza (2009, p.17) destaca que com isso “cria-se a falsa impressão de que conhecemos os nossos problemas sociais e que o que falta é apenas uma “gerência” eficiente – a crença fundamental de toda visão tecnocrática do mundo – quando, na verdade, sequer se sabe do que se está falando”.

O autor ainda destaca que esse modo de pensar associado ao economicismo, gera uma percepção acerca da sociedade constituída por um conjunto de *homo economicus*, que pode ser entendido como agentes racionais que calculam suas chances na luta social por recursos escassos, mas com as mesmas disposições comportamentais, de disciplina e autorresponsabilidade. Essa forma de pensar cria uma falsa noção de igualdade, onde apesar das dificuldades, os sujeitos vão ter capacidade para reagir diante de tais situações de forma uniforme, além de levar a pobreza e a desigualdade como um acaso do destino que pode ser facilmente revertido, com a ajuda temporária do Estado e essas configurações permeiam as políticas assistenciais.

Esse modo apenas econômico de perceber as desigualdades, desconsidera os diversos fatores não econômicos e negar esses fatores também é tornar invisível “as duas questões que permitem “compreender” o fenômeno da desigualdade social: sua gênese e a sua reprodução no tempo (SOUZA, 2009, p. 19)”. Ao perceber esses fatores podemos enfatizar que nunca foi um interesse eliminar as desigualdades, por isso é tão comum práticas de manutenção e naturalização da pobreza, seja por meio do controle dos espaços socio-geográficos e até mesmo do processo de docilização dos corpos e alienação.

A construção de um mito nacional, também serve como um aspecto homogeneizador que tenta de forma ilusória, incluir todos em uma condição de igualdade, o autor supracitado destaca que:

O “mito nacional” é a forma moderna por excelência para a produção de um sentimento de “solidariedade coletiva”, ou seja, por um sentimento de que “todos estamos no mesmo barco” e que, juntos, formamos uma unidade. Sem a construção de um sentimento de “pertencimento coletivo” desse tipo, não existe nação no sentido moderno, nem sentimento de compartilhamento de uma mesma história e de um mesmo destino (SOUZA, 2009, p. 29).

Seguindo essa lógica, somos conhecidos como o país das riquezas naturais, futebol, carnaval, povo afetuoso e alegre, configurando a identidade do ser brasileiro. Fica em evidência os aspectos positivos, que se apresentam no cenário nacional, homogeneizando a história, as vivências e negando as diferenças de norte a sul do nosso país. Viver em um mesmo país não colocam todos em pé de igualdade, como é constantemente difundido. Essa ideia de unidade

nacional, de certa forma naturaliza as desigualdades, mas isso não é algo recente na constituição da nossa sociedade, a ciência já contribuiu para a disseminação desse modo de pensar, ao defender que a ideia de que a desigualdade é algo natural, principalmente no século XX, período em que a eugenia e outros movimentos, colocaram a desigualdade, a promiscuidade e diversos outros problemas sociais, atribuídos ao processo de miscigenação, tirando qualquer consideração acerca do processo histórico de formação do nosso país (BOLSANELLO, 1996).

Os movimentos da eugenia e da higiene mental atribuem uma explicação natural às contradições sociais que eram pujantes na época, não diferenciando o que era fruto da determinação biológica e da condição material e social; responsabilizando exclusivamente o indivíduo pela sua condição. A título de exemplo, destacamos a defesa de Ximenes (1941, p. 49), que pondera: “não se conclua a utopia de que podemos acabar com as classes pobres. A pobreza é um fenômeno social natural. Como disse Leroy Bealieu, sempre houve pobres desde que o mundo é mundo. Porém não será por este motivo que deveremos permanecer em atitude de indiferença ao defrontá-la”.

A eugenia tem como precursor Francis Galton (1822-1911), que defendia que para a elevação da moral e o engrandecimento da nação tinha-se que controlar a hereditariedade dos tipos inferiores, que poderia ser realizado basicamente: estimulando os nascimentos desejáveis (eugenia positiva) e desencorajando a união e procriação dos tipos inferiores (eugenia negativa). Eram considerados inferiores os negros, mestiços, tarados, degenerados, tuberculosos, alcoolistas, os epiléticos e os loucos (BOARINI, 2019).

Ainda conforme Boarini (2003), nesse mesmo período histórico, vai-se fortalecendo também o ideário que as doenças estavam diretamente ligadas a pobreza e à falta de higiene e somente através da conservação da moral e dos bons costumes, poderia solucionar as doenças físicas e psíquicas, consolidando o movimento da higiene mental.

Passados quase um século, essa visão naturalizada da pobreza e das desigualdades sociais permanece viva em nossa sociedade e o ideário da eugenia e higiene social, adquirem novas roupagens na atualidade, mas conservam a lógica de isolar os considerados seres inferiores, que representam as mazelas produzidas pelas contradições sociais (FEITOSA, 2019; NISIIDE, 2020; BOARINI, 2019).

Associados a esse modo de pensar, no campo social temos a influência do pensamento meritocrático na consolidação da nossa sociedade, como uma tentativa de justificar e naturalizar o fenômeno da pobreza e das desigualdades sociais. Souza (2009), vai salientar que anteriormente as pessoas que nasciam em famílias de determinada classe social davam a garantia dos privilégios, pois espelhavam a superioridade dos “bem-nascidos” e, na atualidade,

os privilégios continuam sendo transmitidos por herança familiar, mas o sucesso destas passam a ser entendidos não como atributo de sangue, mas como algo natural, como um talento e mérito do indivíduo privilegiado.

Difundiu-se a ideia de que o mundo mudou após a abolição da escravatura e de outros processos exploratórios, cria-se a visão de que agora a liberdade e a igualdade são comuns a todos, difundindo-se a ideia de que todos podem ter as mesmas oportunidades, dependendo apenas de si mesmo para o sucesso ou fracasso. Esse modo de pensar cria a perspectiva da “desigualdade justa”, pois o sujeito que não consegue sair da condição de vida, é estigmatizado pela falta de esforço e vontade. Ao pensar assim excluem-se diversos fatores que interferem no modo de vida e os recursos físicos e subjetivos que o sujeito tem para lidar com a sua condição.

Um movimento que se expande nas últimas décadas, é o senso comum, como um saber que se sobrepõe a realidade, muitas pessoas ainda negam a existência de classes sociais. Esse modo de ver o mundo envolve desde as classes mais baixas, como as mais altas, ainda mais quando temos a meritocracia como um valor da contemporaneidade. Dessa forma podemos compreender que:

O fato de que o senso comum nunca perceber a presença das classes e da economia moral que vai determinar o comportamento peculiar de cada classe é o que explica precisamente que a “determinação social” dos comportamentos individuais seja sistematicamente escondida e “esquecida”. Como esse aspecto central é deixado às sombras, pode-se culpar “indivíduos” por destinos que eles, na verdade, não escolheram. (SOUZA, 2009, p. 44).

Em face as desigualdades surgem as políticas sociais, podemos até considerar que sejam áreas que caminham ou que deveriam caminhar juntas, considerando que a partir da Constituição Federal de 1988, estas passam a ser asseguradas como direitos, sendo assim “buscar-se-ia construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação” (IPEA, p. 29).

Apesar da Constituição Federal de 1988 garantir a proteção social, ainda paira a seguinte questão: Será que a criação das políticas sociais garante a efetiva mudança das desigualdades? Essa pergunta requer uma contextualização da sua gênese, tendo em vista que em diversos períodos o acesso aos direitos sociais se dava por meio de quem produzia, ou seja, uma relação capitalista de troca, onde somente aqueles que estavam inseridos e contribuindo com sua mão de obra que poderiam ter acesso a serviços como saúde, aposentadoria, etc.

Hoje com as mudanças em termos de lei, percebe-se que ainda há espaços que as políticas sociais não se efetivam de forma igualitária, uma vez que ainda há uma lógica

economicista até mesmo nas políticas sociais, pois se baseiam em grande parte essencialmente nos fatores econômicos das desigualdades. Desconsiderando que há outros aspectos qualitativos da desigualdade, que estão associados a qualidade de vida e bem-estar, que se expressam de forma individual e coletiva, mas esse aspecto não torna as políticas sociais obsoletas, tendo em vista que estas abrangem uma gama ampla da população, mas de certa forma limitante no que tange as reais possibilidades de desenvolvimento (SOUZA, 2009).

O acesso à terra por exemplo, é um aspecto que não está associado a condição meramente econômica, mas na possibilidade de propiciar o acesso a moradia, e do exercício da cidadania por meio de condições reais de vida, e desenvolvimento dos aspectos econômicos e sociais, tanto geográficos como humanos, porém ainda há diversas incongruências no que tange a discussão da reforma agrária. Enquanto tramitam discussões como esta, muitos sujeitos encontram-se em condição de acampamento, em situação de extrema vulnerabilidade social, eliminando o acesso destes as políticas sociais e os direitos básicos, sem falar no processo de naturalização da condição de pobreza pela qual essas pessoas passam e vivem.

Os cadernos de desenvolvimento rural produzidos pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), retratam as dificuldades enfrentadas no meio rural, assim como as tentativas de desenvolvimento:

Os programas e as ações direcionados para o desenvolvimento rural – reiterados nos dois últimos PPA (2000-2003 e 2004-2007) – deveriam implementar e consolidar uma proposta ampla de transformação do meio rural, reduzindo as diferenças na qualidade de vida e de acesso a bens e serviços públicos entre as áreas urbana e rural. Para tanto, seriam priorizadas, dentre outras, ações de fortalecimento da agricultura familiar e de apoio aos trabalhadores rurais sem ou com pouca terra (IPEA, 2008, p. 18).

Fica evidente na proposta a tentativa de reduzir as diferenças na qualidade de vida, e acesso aos serviços, mas será que atualmente presenciamos um cenário com tais mudanças?

O último caderno de desenvolvimento produzido em 2021 pelo IPEA, contextualiza as condições de vida das populações que vivem no contexto das ruralidade, o material supracitado destaca que a crise trazida pela pandemia trouxe grandes impactos para a população rural, situação agravada em um contexto no qual as políticas de desenvolvimento rural voltadas à agricultura familiar apresentavam uma trajetória declinante no que tange aos recursos orçamentários, nos últimos 3 anos, assim como os números da reforma agrária sofreu brusca queda.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, precisamos considerar também o processo histórico de formação do estado do Tocantins, haja vista este ser o estado mais novo do nosso país e seu processo de constituição ser marcado pela desigualdade e exploração. Oliveira (2019)

destaca que o norte de Goiás, atual Tocantins, foi caracterizado pelo isolamento e distanciamento das vias de transporte, considerando o abandono por parte da elite do sul de Goiás, produzindo pobreza e precariedade aos seus moradores. Somente com a abertura da BR-153 que o norte de Goiás começou a se desenvolver, mas esse processo de ocupação do interior do território aconteceu de forma tardia e descontínua, fazendo com que o desenvolvimento social também ocorresse de forma lenta e desigual.

Após a criação do estado do Tocantins em 1988, a situação era a seguinte no que tange aos aspectos sociais e vivenciais da população:

70% dos domicílios utilizavam poço ou nascente e 27% usavam fossa rudimentar (...) a taxa de mortalidade infantil era alta, cerca de 35% para cada mil nascidos vivos. 51% da população de cinco anos ou mais não sabia ler nem escrever. A rede de assistência médico-hospitalar era deficitária tanto na zona rural quanto na urbana (OLIVEIRA, 2019, p. 105).

Os dados apresentados apontam para a ausência de estrutura do estado recém-criado, desigualdades e déficit no acesso às políticas sociais, que visariam retirar os sujeitos das condições de vulnerabilidade social.

No cenário atual percebe-se que o Tocantins ainda apresenta altos índices de desigualdades sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2019), estima-se que o referido estado tenha cerca de 1,5 milhões de habitantes, destes 486 mil vivem abaixo da linha da pobreza e 102 mil abaixo da linha da extrema pobreza, evidenciando que cerca de um terço da população tocantinense vivem em meio a pobreza. Entre 2017 e 2018, o índice de extrema pobreza subiu de 5,3% para 6,6%, representando um dos maiores aumentos dos últimos 7 anos. Considerando a atual conjuntura em meio a uma pandemia, percebe-se que muitas questões têm se afluído de forma mais perpetuante em nossa sociedade, apresentado um agravamento nas condições de vulnerabilidade.

No que tange a questão do acesso à terra, destaca-se que:

O grau de concentração de propriedade da terra no país está praticamente inalterado desde 1985. Segundo o 10º Censo Agropecuário 2006 – o mais recente disponível –, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Gini – indicador da desigualdade da propriedade fundiária – registra 0,854 pontos, patamar próximo aos dados verificados nas duas pesquisas anteriores: 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). (IAMAMOTO, 2013, p. 327)

O citado indicador revela que mesmo com a promulgação da Constituição Federal e a luta pela reforma agrária é perceptível que não houve grandes mudanças no que tange as

desigualdades no acesso à terra. Frente a esse contexto se torna importante que a Psicologia e outras áreas afins se aproximem dessas realidades, seja por meio de pesquisas ou intervenções.

Face a esse cenário, realizar a nossa pesquisa, sob nosso entendimento, é de suma importância, pois irá denunciar a condição de extrema vulnerabilidade social da referida comunidade e apontar caminhos para a alteração daquela realidade. Outrossim, ela revela que a pobreza e a desigualdade social não são exclusivas dos centros urbanos, mas se espalham pela zona rural e outros espaços marginalizados em meio as demandas capitalistas.

Pretendemos demonstrar que a situação vivida pela comunidade do Ribeirão Chupé não é um problema individual, mas sim um exemplo dos resultados de uma sociedade que se sustenta pela exploração de toda ordem. Como assinala Faleiros (1986), mediante a construção sócio-histórica da nossa sociedade, as situações sociais acabam por serem transformadas e reduzidas a problemas individuais, excluindo uma série de aspectos e considerando como se as oportunidades fossem iguais para todos, independentemente de serem dominantes ou dominados, ricos e pobres. O fenômeno da ascensão social fica à mercê de cada um, simplificada a própria vontade ou ausência desta.

A inquietação pela pesquisa em relação a comunidade escolhida surgiu de uma viagem, ocasião em que foi possível observar as poucas condições que o local dispunha, despertando o desejo de conhecer mais sobre aquela realidade, bem como uma implicação enquanto acadêmico, para mostrar aquela realidade precarizada. A pesquisa não tem por objetivo falar por aqueles sujeitos, mas fazer com que suas narrativas ecoem outros espaços, para que outras pessoas possam conhecer aquela realidade, assim como suscitar nos serviços de garantia de direitos a necessidade de assistir através dos dispositivos socioassistenciais e de saúde a comunidade do Ribeirão Chupé.

O compromisso social da formação em Psicologia da UFT foi um fator de escolha para a concepção e realização deste trabalho. Bock (1999, p. 327) destaca que esse compromisso envolve “questionar o que está colocado como verdade, e em alguns momentos não aceitar [...] que as coisas são porque são, mas sempre duvidar e buscar novas respostas. [...] É estranhar, é inquietar-se com a realidade [...]”. Essa postura nos leva a questionar a realidade sob uma perspectiva crítica e não apenas aceitá-la como um fato, mas pensar como construção histórica que se deu por vários desdobramentos e pensar nas pessoas que vivem essa realidade.

Tal invisibilidade e condição de pobreza acabam muitas vezes retirando a própria noção do sujeito em relação aos seus direitos, assim como os serviços que executam as políticas sociais também acabam não percebendo esses sujeitos, resultando em uma total desatenção acerca dos serviços que deveriam minimizar a situação de pobreza. Por isso, torna se cada vez mais

importante realizar pesquisas com as populações em situação de extrema vulnerabilidade, com intuito de mostrar a existência da desigualdade, da pobreza e principalmente a realidade das pessoas que vivem nesta situação.

A Psicologia enquanto ciência precisa produzir conhecimento acerca das desigualdades em interface com as políticas sociais. Ainda existe pouco arcabouço teórico próprio da psicologia para compreender tal fenômeno, como revelam Yamamoto e Oliveira (2010); principalmente no que se refere às comunidades da zona rural. Talvez tal déficit se faça pela ausência de contato com essas temáticas durante a graduação em muitos cursos, que adotam uma perspectiva mais afastada da realidade social, o que torna a pobreza, as populações rurais, os povos tradicionais um campo desconhecido e descoberto na prática profissional nas políticas sociais. Por outro lado, não podemos perder de vista que o fenômeno investigado, devido a sua complexidade, deve ser analisado sob uma perspectiva multidisciplinar. Tal postura será mais frutífera em prol da garantia dos direitos sociais.

Através do exposto surgem as problemáticas circunscritas a esse trabalho, vimos que há políticas e leis que teoricamente asseguram os direitos sociais, mas ainda enfrentamos grandes desafios para garantir a execução de ações que possam assegurar tais direitos. O contexto rural por vezes é negligenciado nesse processo e até mesmo invisibilizado em muitas situações. Neste mesmo cenário temos o desmonte de políticas e de ministérios que deveriam se ater as questões rurais e suas especificidades.

A fim de cumprir com o objetivo de pesquisa, nosso trabalho estrutura-se em quatro capítulos, a contar a partir da introdução. No primeiro capítulo apresentamos uma contextualização histórica sobre a produção das políticas sociais no Brasil e que segmento social foi amparado por elas. No segundo capítulo discutimos sobre a temática das políticas sociais em interface com a temática do campo, resgatando e contextualizando as transformações que aconteceram nas últimas décadas, assim como os avanços e retrocessos identificados. Ademais, debatemos a relação da psicologia com os contextos de ruralidades, destacando suas contribuições nessa temática e as possibilidades de atuação.

O percurso metodológico adotado na pesquisa foi descrito no terceiro capítulo. Nossa pesquisa classifica-se como histórica, qualitativa e de campo, elegendo a comunidade acampada que vive as margens do rio Ribeirão Chupé, localizada na rodovia TO-050 - entre o município de Palmas e Porto Nacional, como objeto de pesquisa. Os resultados da pesquisa de campo foram apresentados no quarto capítulo, sendo debatido temáticas relacionadas à reforma agrária, acesso aos direitos sociais e serviços públicos, naturalização das condições a que estão

expostos os moradores da comunidade em estudo e sobre a relação que esta comunidade estabelece com o contexto de ruralidade.

Nas considerações finais, ressaltamos a necessidade de garantir a efetivação das políticas sociais nos contextos rurais, uma vez que ainda se percebe muitos déficits no que tange a garantia de direitos dessas populações. Concluimos que as políticas sociais por si só, não são capazes de promover igualdade social, é preciso superar sua lógica de assegurar o mínimo e caminhar para uma nova forma de sociabilidade.

2 PRODUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DA HISTÓRIA

Na pré-história as relações eram mediadas pelas necessidades, ou seja, os homens começam se organizar em grupos de forma colaborativa, com intuito da sobrevivência, devido aos riscos que o período apresentava, Berutti (2004) destaca que “a capacidade intelectual e a evolução da técnica, outros modos de produção, bem como a iniciação dos grupos de trabalho, para defesa, plantio, fabricação de artefatos, construção em que o trabalho era realizado com base na coletividade” (p.7). Ainda conforme o autor, para viver em grupo, em um local físico foi necessário o homem criar condições para que ali pudesse ser habitado. As atividades são estabelecidas e divididas por essa noção de comunidade. O desenvolvimento do trabalho coletivo permite que o homem interaja e se aproprie da cultura em que está sendo estabelecida, porém nessa época a noção de divisão do trabalho era compreendida na coletividade onde era reconhecida e dada a devida importância para cada trabalho, pois uns precisavam dos outros para compreender a totalidade e o funcionamento da comunidade.

Posteriormente temos a Idade dos Metais, a técnica de fundição foi um grande aspecto desta época que propiciou a criação de novos utensílios e armas assim como o aperfeiçoamento dos que já existiam, com isso foi possível o aprimoramento das técnicas agrícolas, assim como da organização social, já que as comunidades mais desenvolvidas estavam por dominar outras menos desenvolvidas. Percebe-se que “o trabalho tornou-se exercício do poder, em que a dominação que outrora se estabelecia sobre a natureza passa-se a estabelecer-se também sobre o ser humano, comunidade” (ALBUQUERQUE; PAZINATO, 2010, p. 8). Nota-se que o trabalho não é só mais uma questão de sobrevivência, mas também de dominação e conquista de novos espaços.

A partir do momento que os homens começam exercer seu poder sobre outros, por meio da dominação e exploração, percebe-se que novas configurações sociais vão se formando, desta forma, compreende-se que uns são superiores a outros, e a partir dessa noção começamos a perceber o fenômeno da desigualdade e da dominação. Com o passar do tempo essas práticas de dominação e exploração começa a exacerbar as diferenças sociais, dentre elas a pobreza, mas é perceptível como as concepções e modos de ver tal fenômeno social se distingue em diferentes eras (ALBUQUERQUE; PAZINATO, 2010).

Na Idade Média, temos o forte marcador da igreja, juntamente com o teocentrismo. Guimarães (2016), destaca que nesse período a pobreza é vista como uma representação da vontade divina, desta forma, a pobreza ou a riqueza se justifica pela questão religiosa, assim o

indivíduo não era responsabilizado por sua condição de vida. Através dessa noção percebe-se uma maneira de tentar neutralizar ou minimizar as desigualdades, pois não se podia questionar uma vontade que era divina:

estabelece-se um comércio entre o rico e o pobre, com vantagens para as duas partes: o primeiro ganha sua salvação graças à sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição. (...) ...o pobre pode, não obstante, ser instrumentalizado enquanto meio privilegiado para que o rico pratique a suprema virtude cristã, a caridade (CASTEL, 1998, p. 64 e 65).

Nota-se que a pobreza e a riqueza são vistas como aspectos naturais e interdependentes, já que os pobres precisam das esmolas e os ricos precisam contribuir para serem salvos. Nessa perspectiva podemos perceber o surgimento de maneiras de assistencialismo que não se pautava na garantia de direitos, mas em interesses escusos da própria igreja e das camadas mais abastardas, muito menos havia interesses em erradicar a pobreza, mas assisti-la com intuito de ser bondoso diante da igreja.

Com o passar do tempo os mais ricos deixaram de contribuir diretamente com as esmolas e passou a ser uma responsabilidade do Estado e das entidades religiosas reger esse movimento assistencial aos mais pobres, só que nesse momento começa haver uma distinção na visão social acerca do pobre, se antes era visto como um ato de vontade divina, agora passar ser um incômodo social (CASTEL, 1998).

Alves (2015) salienta que neste período o pobre começou a ser enclausurado em classificações que se regiam de acordo com a invalidez ou a falta de integração destes aos processos produtivos. Desta forma, os incapazes que não tinham condições de prover seu sustento recebiam uma assistência de forma piedosa, já aqueles que viviam na pobreza por sua suposta inadaptação ao sistema de trabalho ou que entravam na mendigagem por “vontade própria”, eram totalmente desassistidos por serem considerados saudáveis. Cria-se a concepção de pobres merecedores e não merecedores de assistência, ainda hoje presente na ideia de capacitismo, que tira a responsabilidade do Estado e vincula o sucesso ou o fracasso apenas aos indivíduos.

Com o advento do capitalismo, surgem as Leis dos Pobres (*Poor Laws*), Alves (2015) ressalta que essas leis tinham por objetivo fornecer assistência social para as pessoas que não tinham condições de prover seu próprio sustento e nem tivesse parentes ou amigos a quem pudessem recorrer. Vale ressaltar que para conseguir esse tipo de assistência o indivíduo deveria estar em um estado de pobreza extremo e mesmo assim, ainda deveria prestar serviços as instituições de caridade como uma forma de pagamento por aquilo que recebia

assistencialmente. Não eram todos que poderiam receber o auxílio do governo, dentre eles estavam: os alcoólatras, prostitutas e mendigos, pois suas formas de vida eram consideradas imorais e contraproducentes em relação aos meios produtivos que se firmavam naquela época.

A Revolução Industrial foi um importante marcador histórico que apresentou um aumento da desigualdade social, pois foi um movimento rápido de aquisição de recursos, ocasião em que os donos dos meios de produção ganharam muito dinheiro em um curto espaço de tempo, enquanto muitos pobres entraram no mercado de trabalho por salários extremamente baixos e carga horária excessiva de trabalho. Um reflexo desse processo na Europa foi o êxodo rural que segundo França e Batista (2016) se deu pela Lei do Cercamento onde o Estado percebeu que as terras poderiam ser lucrativas, sendo assim todos os moradores de pequenos terrenos foram retirados e os terrenos comprados em grandes escalas por pessoas com maior poder aquisitivo, permitindo-nos constatar a relação entre território, desigualdades sociais e pobreza.

De acordo com os autores supracitados, os moradores que agora não tinham mais seus terrenos foram obrigados a se direcionar para os centros urbanos e a buscar a inserção no mercado de trabalho, mesmo de forma precária e irrisória, para garantir o mínimo para a sobrevivência. Sem moradia, essas pessoas tinham que viver muitas vezes nas ruas, ou em locais de péssima estrutura, que não atendiam o mínimo de condições de vida, mas isso era vantajoso para os ricos, pois essas pessoas estavam dispostas a quase tudo para sobreviver.

Com o advento das máquinas a vapor, a classe trabalhadora passa mais uma vez a sofrer os impactos da pobreza, pois a mão de obra passa a ser substituída pelas máquinas, o que poupavam os gastos de pessoal (FRANÇA; BATISTA, 2016). Nesse cenário, percebemos mais uma vez que as classes populares sofrem com esse impacto e a pobreza que já era grande se expande ainda mais. As moradias passam a ser compartilhadas por uma maior quantidade de pessoas e ao mesmo tempo diminui-se a condição de subsistência das necessidades básicas. Na era do capitalismo exacerbado o que menos importam são vidas, a exploração é justificada pela necessidade do desenvolvimento e a pobreza se torna um estigma social individualizante, tornando indivíduos e comunidades invisíveis ao poder público e àqueles que possuem grandes fortunas.

No contexto da América Latina, a partir de 1500, também surgem constantes processos de exploração por meio das navegações que partem da Europa rumo ao desconhecido, mas:

[é] importante deixar claro que o continente não foi “descoberto”, pois, há séculos, já havia população nativa no território. Para continuar com seus empreendimentos ideológicos imperialistas a Europa colonizou não só as terras americanas, mas todos

que já estavam instalados na região, pois possuir a terra é possuir sua gente” (SANTANA; BARTOZO, 2018, p. 18)

O continente americano, principalmente a América Latina, não foi descoberta, pois já havia povos tradicionais no território. A colonização enquanto um movimento que foi desenvolvido em grande parte pelo continente europeu não colonizou apenas as terras, mas todos que já habitavam o continente, pois ao possuírem as terras, os colonizadores também queriam possuir as pessoas que ali já estavam. O contexto brasileiro sofre diretamente as consequências desse processo exploratório, pois desde sua “descoberta” teve suas terras e seu povo explorados pela coroa portuguesa (SANTANA; BARZOTO, 2018).

Do marco de 1500 até 1824, o acesso à terra no Brasil se dava a partir da Concessão de Sesmaria e se baseava em um modelo cujo intuito era tornar as terras da coroa produtivas, ao mesmo tempo que possibilita o surgimento do movimento latifundiário brasileiro, pois eram concedidas grandes áreas de terras para os indivíduos com maior poder aquisitivo, e em troca, estes ofereciam apoio político as decisões da coroa (Conselho Federal de Psicologia, [CFP], 2019). Nota-se, que nesse período em questão a terra funciona como uma moeda de troca política, e ainda hoje depois de anos é possível perceber que esse movimento se repete, principalmente pela condição e fortalecimento do momento latifundiário brasileiro.

O CFP (2019) destaca que em 1850 há uma mudança no que tange as questões sobre a terra: a criação da Lei das Terras e a abolição tardia da escravidão em 1888, que mudaram drasticamente o regime de trabalho e a questão agrária no contexto brasileiro. A partir desse momento a terra passa a ter um caráter mais centrado no conceito de propriedade, pois só quem possui o capital vai ser capaz de ter terras, sendo assim, impediu aqueles que deixaram de ser escravos, e os mais pobres de ter acesso à terra, fazendo com que essas pessoas deixassem o meio rural para tentar buscar oportunidades no meio urbano, ou vendessem sua força de trabalho para os grandes fazendeiros.

Somente a partir do início do século XX que o Brasil vai começar a se desenvolver enquanto um país industrial e como advento desse movimento surgiram novas problemáticas, dentre elas: a intensificação da pobreza e das desigualdades sociais, considerando que a recém abolição da escravatura não garantiu que os negros e as camadas mais pobres pudessem ter acesso a condições necessárias que garantissem níveis básicos de sobrevivência (COSTA; VIANA, 2018).

Feitosa (2011) destaca que em decorrência do processo de industrialização brasileira e desenvolvimento do mercado, os centros urbanos aumentaram seu quantitativo populacional, gerando precárias condições de vida e habitação, com isso também se tem a propagação de

pestes e endemias. Diante desse cenário foi exigido da sociedade a tomada de providências para minimizar o entrave entre progresso e precarização das condições de vida e o higienismo e a higiene mental ganham destaque. Com isso, o Estado não se responsabilizava pelo âmbito da proteção, pois entendia que a vulnerabilidade era fruto das incapacidades individuais e não como resultado da organização da sociedade (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015).

Ainda hoje muitas pessoas compreendem as desigualdades como um fator individualizante, permeado pelo discurso da meritocracia, que se fundamenta de uma forma que retira a responsabilidade do Estado, culpando o sujeito por sua omissão e insucesso. Desta forma, naturaliza-se a pobreza e a torna comum e aceitável, ao mesmo tempo que produzem indivíduos incapazes de reivindicar suas necessidades, porque a eles foi atribuído a culpa (DUARTE; AMARAL; CARDOSO, 2020).

Face ao exposto, o Brasil se configurou como um país de extrema desigualdade social. Apesar de ser dono de sua mão de trabalho, nem todos os indivíduos tiveram oportunidade para inserção em um mercado de trabalho que pudesse respeitar os direitos trabalhistas, e nem distinguir a remuneração em decorrência de condições das pessoas (CASTILHA, 2018). Júnior (2014) destaca que somente a partir da década de 1930, na ascensão do governo Vargas, que o Brasil passa por mudanças que se expressaram no campo econômico, o que antes era um modelo agrário exportador passa a ser um modelo urbano industrial e a partir desse cenário passam a se desenvolver as primeiras políticas sociais no nosso país, na tentativa de estabelecer um moderno Estado de Bem-Estar Social. Com as mudanças no modelo econômico e o crescimento dos empregos fabris:

Vargas criou diversos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), que eram instituições vinculadas aos sindicatos de trabalhadores, destinadas a prover a estes a assistência médica e outros benefícios sociais, tais como aposentadorias e pensões. Assim como os sindicatos, os IAPs eram tutelados pelo Ministério do Trabalho (CASTILHA, 2018, p. 9).

Ainda conforme o autor supracitado, a assistência se limitava apenas as pessoas que estavam inseridas no mercado de trabalho e diretamente vinculadas aos sindicatos. A instituição dos IAPs foi um movimento importante, mas não universalizou o acesso à saúde e previdência social, considerando que os trabalhadores precisavam contribuir financeiramente para ter o acesso assegurado, sem que houvesse uma padronização monetária entre os sindicatos. É notório que esse modelo tem duas frentes de abrangência: de um lado garantiam o princípio de acumulação capitalista e por outro lado proporcionavam proteção social aos que eram explorados no processo (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015). Desta forma, fica evidente

que a implementação dos primeiros modos de política de assistência estava vinculada à manutenção do Capital, evidenciando a subordinação das políticas sociais à política econômica.

Em acréscimo, Draibe (1990) destaca que outro período de regulação no que tange as políticas sociais, acontece a partir da década de 1960, período em que ocorre a ampliação e consolidação do sistema de proteção social. Nessa etapa, estrutura-se uma série de instituições que são responsáveis pela oferta de bens e serviços sociais, que se expressam no campo da educação, saúde, assistência social, previdência e habitação. Entram nesse leque de ações a previdência aos trabalhadores rurais e a constituição do PIS/PASEP e FGTS. Com essas mudanças há uma melhor estruturação no campo das políticas sociais, pois designam atribuições a instituições, mas tal perspectiva não permitiu que de fato elas se efetivassem de forma igualitária no que tange ao acesso.

Especialmente no campo da assistência social, as mudanças conseguem abranger à maioria da população, pois muitos estavam fora do mercado de trabalho ou recebiam baixos salários (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015). Neste mesmo período, no que tange a temática relacionada ao campo, há algumas discussões realizadas pelos setores progressistas e a esquerda brasileira que defendiam uma reforma democrática, dentre elas, a reforma agrária. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), também se insere na temática, porém seus apontamentos ressaltavam que a reforma agrária era necessária, mas com um caráter capitalista, “pois visava oportunizar a mais indivíduos ter acesso à propriedade da terra, com intuito de se inserir no mercado capitalista, possibilitando que esses se tornassem consumidores de bens industriais” (COSTA; VIANNA, 2018, p. 5). Notamos que o encaminhamento da CEPAL objetivava resolver o problema na indústria e não do campo.

A Ditadura Militar foi uma época em que as desigualdades foram mais uma vez escancaradas, considerando que houve uma forte recessão econômica, principalmente na década de 80. Tal realidade atingiu diferentes localidades da América Latina, submetidas à governos autoritários. A inflação e o desemprego foram acontecimentos marcantes desse período e conseqüentemente os gastos sociais foram reduzidos, pois a economia foi fortemente atingida (CASTILHA, 2018). Ao longo da história percebemos que quando há dificuldades econômicas em um determinado país, geralmente as classes mais pobres são as que mais sofrem, quando deveriam ser amparadas, pois comumente corta-se recursos direcionados às políticas sociais.

Em paralelo a esse movimento, ocorre a criação do Estatuto da Terra. Ianni (1979) salienta que essa foi mais uma questão militar do que da terra, pois não representou uma mudança radical, o que também não agradou aqueles que lutavam pela terra. O Estatuto da terra

foi mais um movimento para a modernização e apropriação de empresas capitalistas e os que mais precisavam ficaram apenas com pequenas faixas de terra. Somente no momento da luta pela derrubada do governo militar, através das Diretas Já, que segundo Castilha (2018), existiu uma cobrança de diversos aspectos que influíam no contexto social e na vida dos indivíduos. As demandas populares abrangiam as necessidades de um sistema de proteção social, baseado na universalização, democratização e descentralização das políticas sociais. Percebe-se que para além do debate para a reconstrução da democracia, vieram à tona outras temáticas tais como: as desigualdades sociais e a pobreza, assim como a ausência de políticas sociais que se efetivassem na atenção a quem necessitava, que na época era grande parte das pessoas.

Cardoso Jr. e Jaccoud (2009) ponderam que neste período a (re) construção da cidadania partia da afirmação da igualdade entre todos os cidadãos, no que tange a participação política, um dos campos pelos quais se expressam a legitimidade do Estado, ao mesmo tempo recupera-se os ideais norteadores da ação pública no campo da proteção do cidadão, abrangendo os direitos civis e sociais. Através da perspectiva de democracia faz-se necessário levar em conta o debate da pobreza, pois defende-se o princípio da igualdade, logo deve haver políticas sociais que se efetivem para a minimização dessas desigualdades.

A breve recuperação histórica revela que existiram tentativas de assistir as populações vulnerabilizadas, mas somente com a Constituição Federal de 1988 essa assistência adquire o caráter de política social, evidenciando seu passado recente. Perante a citada Lei, entende-se por política social:

políticas públicas voltadas para a oferta de bens e serviços básicos à população, compreendendo às áreas da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

No desenho e estruturação das políticas sociais toma-se como objetivo:

realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população. (JACCOUD, 2009, p. 60).

Dois marcos importantes na consolidação das políticas sociais no Brasil foram: o primeiro, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), gestado na 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocasião em que as lideranças nacionais lutavam pela democratização da saúde, entendendo-a como um direito essencial e condição de exercício de cidadania (UNASUS-

UFMA, 2016). O segundo marco foi a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005 e instituído como Lei em 2011, com intuito de romper as práticas assistencialistas e a fragmentação de ações (BRASIL, 2015).

Esses dois marcos representam o propósito de oferecer acesso à saúde e assistência social de maneira integrada, pois visam aspectos gerais do bem-estar, assim como asseguram o atendimento prioritário as populações em situação de vulnerabilidade, considerando o princípio da equidade social, contudo, essas iniciativas configuram-se como reformas, uma vez que não se altera as bases que dão sustentação ao modo de produção capitalista (exploração do homem pelo homem, fundando a desigualdade social), como iremos demonstrar ao longo desse trabalho. No capítulo seguinte, aprofundamos a discussão sobre a articulação entre a ruralidade e as políticas sociais e debatemos o lugar da Psicologia nesse campo.

3 RURALIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Quando o assunto é ruralidades vemos diferentes perspectivas na consolidação da nossa história, podemos perceber que esse movimento vai desde a agricultura de subsistência e abrange até mesmo as questões do agronegócio e a modernização dos meios de produção. Nas últimas décadas têm se dado uma maior ênfase e valorização do agronegócio, o que de certa forma acaba desconsiderando e desvalorizando os pequenos contextos rurais, evidenciando a supremacia de concepções hegemônicas que são difundidas pelo ideal de produção em longa escala, que se alinham aos ideais do capitalismo.

Por isso, torna-se necessário ressaltar que as ruralidades, possuem características que são singulares, e demarcadas por diferentes fatores, sendo:

resultado de sua história econômica, política e cultural fundada na concentração de terra, de riqueza, uso dos recursos naturais, escravidão, extermínio de povos indígenas, marginalização de famílias e mulheres camponesas, mas também pelos conflitos e pelas lutas populares de resistência ao modelo autoritário e repressor, como Canudos, Quilombos, Ligas Camponesas e, hoje, os diversos movimentos sociais do campo e da floresta (BRASIL, 2013).

Outro aspecto que se complexifica nessa relação é o próprio conceito de rural, ao longo do tempo houve diferentes discussões no que tange ao conceito central do termo, pois em grande parte das vezes o urbano e rural foram colocados como termos opostos. Carneiro e Sandroni (2019, p. 47) destacam que “vinculados a esse processo foram engendrados valores e visões de mundo responsáveis por uma imagem do rural que se cristalizou como espaço do “atraso”, da “tradição”, da ausência de infraestrutura, de serviços e da resistência ao “moderno”.

Esse modo de perceber a ruralidade se apresenta como um fator que dificulta a execução e elaboração das políticas sociais, uma vez que essa imagem de atraso permeia o ideário social e desconsidera a realidade social que os moradores do campo vivenciam, a dificuldade de delimitar e considerar a singularidade das ruralidades, colocam o urbano como enfoque das políticas sociais, sendo que as necessidades do campo podem se diferir das necessidades das cidades. A mesma coisa acontece com a temática da Reforma Agrária, muitos percebem esse movimento como inválido e criticam os sujeitos que lutam pelo direito à terra, não reconhecendo sua importância. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), fundado em 1984, representa um marco na luta pela conquista dos direitos sociais e uma das principais pautas desse movimento é a reforma agrária e a democratização da terra.

Silva (1971, p. 37) vai conceituar a reforma agrária, como “um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola,

promovida pelo governo, com a ativa participação dos próprios camponeses, e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política”. Essa perspectiva nos apresenta diferentes ênfases no que tange ao acesso aos direitos sociais, porém esse processo de redistribuição tem sido um processo longo, tendo em vista que nem sempre é pauta de grande parte dos governantes.

Durante esse constante movimento de luta, Jesus (2009) ressalta que o MST realizou um proposta formal de reforma agrária, no ano de 1995, que tinha como intuito promover o desenvolvimento socioeconômico, até mesmo porque muitos problemas urbanos têm seus desdobramentos devido ao número de trabalhadores rurais que vão buscar melhores condições de vida nos centros urbanos e muitos destes não conseguem se inserir no mercado de trabalho, ou se inserem temporariamente e depois são dispensados e geralmente por falta de condições estes acabam se inserindo nas grandes periferias, sem condições dignas de vida.

Esses problemas destacados, muitas vezes estão associados a má distribuição territorial, Prado Jr (2014) vai destacar que a concentração da propriedade fundiária possui um duplo efeito, sendo o primeiro concentrar grandes áreas ao empreendimento mercantil respondendo aos objetivos do capital, e o segundo assegurar mão de obra indispensável que necessita, dos que não possuem propriedade, e que muitas vezes vivenciam formas de trabalho análogas à escravidão.

Um fator que retrata a ambivalência entre a questão agrária e a lógica produtivista foi a existência paralela de dois ministérios relacionados a agricultura, o primeiro sendo o Ministério da Agricultura, que hoje é conhecido como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), “responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor” (BRASIL, 2021) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999, que:

destinava-se a tratar da reforma agrária, do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e da identificação, demarcação, delimitação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas (BRASIL, 2008).

Em 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto e foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que hoje está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O MDA representava um importante marco no que tange ao reconhecimento da agricultura familiar e das questões relativas à terra, sendo um retrocesso atualmente esse Ministério ser transformado em uma pasta

do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que procura atender aos interesses do agronegócio, superestimando a lógica de produção em grandes territórios e enfraquecendo a pauta da reforma agrária, desvelando o conflito de interesses e as arbitrariedades.

Um programa que teve importante impacto no que tange ao combate à pobreza e que conseguiu abranger as ruralidades foi o programa Brasil Sem Miséria (BSM), que perdurou de 2011 a 2014. Esse programa conseguiu estabelecer e fortalecer ações que já existiam, como exemplo o bolsa família, dentre outras:

a valorização do salário-mínimo, a elevação crescente do emprego, a ampliação das políticas de crédito, as políticas de reconhecimento voltadas para as minorias, o investimento em habitação e obras de infraestrutura social na área urbana, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de apoio produtivo e social a Povos e Comunidades Tradicionais e o fortalecimento do Cadastro Único para Programas Sociais (BRASIL, 2015, p. 8).

Em seu escopo percebemos a integralidade das propostas, que a pobreza é entendida para além das questões econômicas e o fomento de ações que tangenciam o enfrentamento das desigualdades sociais e abrangem os espaços para além do urbano. O Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate (2015) destaca que dentre as ações desenvolvidas, exceto o bolsa família, cerca de 2,5 milhões de famílias de agricultores e 390 mil famílias assentadas da reforma agrária conseguiram acessar pelo menos um dos programas embutidos no BSM, dentre os benefícios mais acessados destacam-se: o crédito (Agroamigo) e a assistência técnica (ATER²), em seguida o programa Água Para Todos, Programa de Conservação Ambiental - Bolsa Verde³; o Programa de Fomento às Atividades Produtivas; o Programa Luz para Todos e o Programa de Aquisição de Alimentos⁴ (PAA).

Como resultados das ações do Brasil Sem Miséria, “a renda dos extremamente pobres subiu 88% e se expandirmos o público para a população em situação de pobreza, com renda de até R\$154,00 per capita, o aumento verificado no mesmo período foi de 74%” (BRASIL, 2015, p. 9). Esses dados representam um marco no que tange à importância da garantia e execução de programas que lutem pela superação das desigualdades e criação de oportunidades.

No Plano Brasil Sem Miséria foi também pensado a questão da reforma agrária, pois segundo o caderno citado acima, é essencial planejar formas diferenciadas para desenvolver

2 Serviço de educação não formal em que agentes capacitados auxiliam agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais para que melhorem suas atividades produtivas.

3 Atendia famílias de extrativistas, assentados e ribeirinhos que desenvolvem atividades sustentáveis em áreas com relevantes ativos ambientais que estariam em extrema pobreza se não participassem do Bolsa Família

4 Canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar sem necessidade de licitação.

ações voltadas às pessoas que vivem no contexto das ruralidades, principalmente os acampados e assentados, que historicamente estiveram às margens dos processos de desenvolvimento social e econômico. Ademais, foram implementadas ações que pudessem abranger a garantia de renda, com a inclusão destas famílias no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família, além de iniciativas voltadas para segurança alimentar e nutricional, como exemplo a distribuição de alimentos.

Em novembro de 2014, os indicadores de avaliação do Programa Brasil Sem Miséria apontam que:

as famílias acampadas e assentadas: aproximadamente 680 mil delas estavam no Cadastro Único (67% das famílias assentadas e 55% das acampadas); o Bolsa Família já fazia parte da vida de 395,9 mil delas; havia registro da presença de médicos do Programa Mais Médicos em 350 assentamentos de reforma agrária; 20 mil dessas famílias já tinham projetos de moradia em avaliação na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil para atendimento pelo Minha Casa Minha Vida; o Água para Todos estava em execução para 31,6 mil dessas famílias no semiárido (GUEDES; STURM, et. al., 2015, p. 71).

Pensar as políticas sociais requer a necessidade de desenvolver diferentes aspectos no que tange a garantia de direitos que são fundamentais para condições de vida dignas, o Cadastro Único foi uma ferramenta para acompanhar como se dá a assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade social e conseguiu abranger as pessoas que vivem no contexto das ruralidades. Isso é um marcador importante, pois é um momento que há um fortalecimento e planejamento de ações com maior ênfase na tentativa de superar as desigualdades sociais. Para isso, o método da busca ativa se tornou algo essencial, pois nem sempre os moradores do campo têm acesso a informações e desconhecem os serviços de garantias de direitos socioassistenciais. O deslocamento desses profissionais em direção as ruralidades representam a descentralização das ações e fortalecem a abrangência dos serviços oferecidos. Guedes, Sturm et. al (2015, p 72), destacam que “a busca Ativa – ação de procurar, identificar e cadastrar famílias de baixa renda até então invisíveis ao Estado – assumiu assim importância fundamental para dar sequência à integração entre a reforma agrária e o Brasil sem Miséria”, ao mesmo tempo que se associa a garantia de direitos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como dito anteriormente, aprovado em 2005 e reformulado em 2011, tem um papel de grande relevância associado ao Brasil Sem Miséria, pois liderou e lidera a execução de estratégias de localização da população que foi dada com prioritária, por meio da implantação da busca ativa. A busca ativa possibilita a realização de encaminhamentos para a rede socioassistencial, que pode ser compreendida como um mecanismo de:

Garantia de acesso aos direitos sociais e de oportunidades para inclusão produtiva, abrangendo as políticas: de garantia de renda (Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e benefícios da Previdência Social etc.); de acesso a serviços (assistência social, saúde, educação, energia elétrica, água, entre outros); e de trabalho e renda (BRASIL, 2012, p. 4).

Dentre as instituições da rede socioassistencial, temos o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), serviço que realiza busca ativa nas diferentes localidades do território, permitindo o mapeamento e identificação das necessidades. É de suma importância que a equipe, inclusive o psicólogo, discuta sobre a natureza do trabalho no SUAS e sua atuação frente as ruralidades.

Segundo Pasinato (2011, p. 96) o CRAS tem como objetivo “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania”. Mediante seu objetivo, percebe-se a necessidade de os profissionais estarem em formação contínua para atender as demandas de forma abrangente e não reproduzir o modelo clínico de atendimento, centrado na espera de que a demanda chegue ao serviço e não ao contrário.

Quanto as questões de saúde, destacamos a Lei nº 8.080 de 1990, que entende que:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (BRASIL, 1990, p.10).

Percebemos que apesar do conceito ampliado de saúde, ainda hoje há uma cisão dos processos e concepções da relação saúde-doença, ainda associada à questões físicas, desconsiderando os aspectos sociais que interpelam diretamente essa relação saúde-doença. Se nas cidades já se percebe esse cenário de cisão, no campo a desigualdade e dificuldade de acesso aos serviços de saúde se complexifica e os determinantes se apresentam como dificuldades a serem superadas, pois as ruralidades possuem especificidades que por vezes são naturalizadas.

Na tentativa de integrar o campo no acesso aos serviços de saúde foi construída a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), que foi aprovada na 14ª Conferência de Saúde e instituída pela Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011. Nota-se que essa política foi instituída no mesmo ano que o plano Brasil Sem Miséria teve seu início, evidenciando um avanço nas políticas públicas, apesar da não superação da lógica da reforma. Conforme Yamamoto e Oliveira (2010, p 22), historicamente as políticas

sociais produzidas até o presente momento “assumem uma funcionalidade compensatória e são insuficientes para reverter o quadro social de pobreza que marca a sociedade brasileira”. Aliás como evidencia Netto (2010, p.159), “a pobreza relativa e desigualdades são constitutivos insuperáveis da ordem do capital”, o que fatalmente lhe dará um caráter natural e inalterável neste modo de produção.

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) teve como principal objetivo:

melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor, de etnia e de orientação sexual, objetivando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida (BRASIL, 2013, p. 7).

Esses objetivos vão ao encontro do que preconiza o SUS, como por exemplo a universalização e a descentralização dos serviços de saúde, ao mesmo tempo que se tratando do contexto das ruralidades, deve ser levado em conta o respeito as diversidades sociais, culturais ou biológicas que perpassam por esses locais, com o propósito de valorizar os conhecimentos e costumes que são produzidos nessas localidades.

O plano operativo dessa política se estabelece por meio de quatro eixos estratégicos, a saber: acesso das populações do campo e da floresta à atenção à saúde, às ações de promoção e vigilância em saúde, educação permanente e educação popular em saúde e monitoramento e avaliação do acesso às ações e serviços de saúde (BRASIL, 2013). Cada eixo desse prevê práticas integradas em saúde, associadas aos saberes produzidos nos contextos de ruralidade, complementando à promoção à saúde.

Considerando que o psicólogo compõe o quadro profissional dos serviços das políticas sociais básicas e atua também junto aos contextos rurais, a seguir discutimos brevemente a relação da psicologia com as ruralidades.

3.1 A psicologia em contato com as ruralidades

Ao refletirmos sobre história da psicologia no Brasil, Nascimento et. al (2015) evidencia a prevalência do modelo clínico tradicional voltado aos interesses da burguesia, com o caráter regulador e adaptativo para a manutenção da ordem social que se fazia hegemônica. Somente a partir da década de 80 que há discussões e inquietações sobre o papel da psicologia e a inserção nos serviços de saúde e assistência, mesmo assim a psicologia se voltou majoritariamente aos

processos que aconteciam nos grandes centros urbanos, enquanto os pequenos municípios ainda ficavam distantes da realidade da ciência psicológica (SPINK, 2010). Mediante essa condição podemos ponderar que as ruralidades se configuram como campo novo para a psicologia, até mesmo pela historicização dos processos. Um fator bem recente que pode ser um avanço para discussões mais centradas nesse cenário é a interiorização dos cursos de psicologia, pois há uma maior proximidade com os municípios de médio e pequeno porte que são classificados como rurais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou que apresentam características populacionais que se expressam pelo campo.

Esse processo de interiorização apresentou novos questionamentos para a prática psicológica:

A atuação nos contextos rurais tem considerado as dinâmicas espaciais e as formas de sociabilidade dessas populações? Tem sido pensada em função das transformações nos modos de vida da população e suas relações com os processos de subjetivação? As relações sociais e de trabalho, de pertencimento e identidade, integram o planejamento das intervenções? (LEITE et. al, 2013, p. 17).

As questões levantadas pelos autores apontam para a importância de a psicologia desenvolver práticas emancipatórias que abranjam os diferentes contextos, reconhecendo a presença das desigualdades e da pobreza e fortalecendo as políticas sociais e os saberes tradicionais, mas cabe nos questionarmos: será que essas iniciativas têm alcançado uma possibilidade de mudança, quando se trata de Brasil e na construção de uma psicologia que se atenta aos fenômenos sociais?

Nascimento et. al. (2015), destaca que tradicionalmente tem sido pensada a prática da psicologia nos contextos rurais a partir de uma referência do urbano, o que acaba limitando as possibilidades de atuar de forma eficaz nesse contexto, além de desconsiderar as singularidades territoriais. Apontamentos como esse, devem ser discutidos no processo de formação de acadêmicos de psicologia, pois é um espaço onde poderão ser tecidas discussões, apontamentos e possibilidades de atuação de forma que se efetive uma prática ética e compromissada com as realidades sociais.

Em acréscimo, Bernardes (2004) aponta que muitas vezes o ensino se baseia em uma retórica científica, que ainda se fundamenta em pedagogias, que se restringem em grande maioria ao desenvolvimento de métodos e técnicas, que rompem ou desconsideram o contexto social, histórico, político e econômico, o que acaba por favorecer a lógica neoliberal e a mercantilização do ensino. Cabe destacar que essa é uma realidade ainda muito presente no que tange ao ensino de psicologia, principalmente pelas instituições privadas, não que estejamos

considerando que os métodos e técnicas, não são importantes, mas destaca-se a necessidade da construção de uma prática que se vincule não apenas aos processos individuais, mas também na complexidade que representa a coletividade e os diferentes processos que se interpelam.

Nascimento et. al. (2015) destaca práticas relevantes na produção de intervenções com as populações do campo, dentre elas o processo de territorialização. Essa prática permite o profissional conhecer o espaço, o histórico populacional, cultural, social e a formação de vínculo. A partir dessa territorialização é possível fazer a identificação das demandas, pois é um movimento de horizontalidade e a psicologia não deve se colocar como um saber superior que vai até aquele ambiente para dar respostas as demandas, mas suscitar junto aos saberes locais reflexões e tecer possibilidades de enfrentamento às violações de direitos e de fortalecimento do cuidado em saúde.

Seguindo essas premissas, deve-se realizar a mobilização da população para a participação nas atividades. O planejamento participativo envolve o acolhimento de demandas e necessidades da população e estas são os parâmetros para a proposição de intervenções. Percebe-se “todas essas etapas são inspiradas no modelo Psicossocial de Intervenção Comunitária, tendo como horizonte os princípios da Política Nacional de Atenção Básica e da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, bem como o paradigma da Educação Popular e do materialismo histórico e dialético” (NASCIMENTO et. al, 2015, p. 54).

Uma ferramenta que pode ser utilizada e que é de extrema importância é o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que pode ser compreendido como uma “estratégia caracterizada por um conjunto de atividades coletivas de caráter participativo, com técnicas de visualização desenvolvidas especificamente para comunidades rurais” (NASCIMENTO et. al, 2015, p. 55). Esse diagnóstico vai permitir e propiciar que a comunidade reflita acerca do seu modo de vida, suas condições de existência e permite-nos acessar o processo histórico, as relações de gênero, as questões relativas ao trabalho, sonhos, conflitos e dificuldades. É um processo que também permite aos sujeitos se perceberem diante de sua trajetória, bem como identificar as potencialidades e fragilidades.

A partir dessa perspectiva de trabalho, os profissionais irão ter uma visão mais ampla dos fenômenos sociais que perpassam pelas ruralidades e a atuação se sustentará na lógica da: “a) Promoção da Saúde; b) Clínica Ampliada; c) Educação Permanente; e, d) Ações Coletivas e de Participação Popular” (NASCIMENTO et. al, 2015, p. 55). Esses são iniciativas que podem colaborar com uma prática integrativa e emancipatória, tendo em vista os aspectos que se

singularizam nos territórios para além do urbano, ao mesmo tempo que capacita o profissional para pensar a psicologia nos diferentes contextos.

Ganha-se destaque em especial a clínica ampliada que vai ter uma compreensão multifacetada dos processos e pode ser um diferencial no que tange as políticas sociais e o campo da saúde quando se pensa as ruralidades, pois:

A Clínica Ampliada busca valorizar todos os conhecimentos com a finalidade de integrá-los e, assim, possibilitar maior resolubilidade das demandas complexas encontradas no território. Ampliar e compartilhar a clínica significa ampliar o campo de atuação, contribuir para a construção do cuidado em saúde de forma holística, nas teias relacionais entre os serviços de saúde e a comunidade, trabalhando de forma participativa e a partir de negociações (BRASIL, 2009, p. 4).

Outra diretriz defendida pela clínica ampliada é a necessidade de a psicologia se aliar a outros saberes, com intuito de construir possibilidades de atuação e intervenção que possam atender aos sujeitos na integralidade do processo saúde-doença, e abranger outros aspectos sociais e conjecturais que interferem na vida dos sujeitos, em especial as comunidades do campo. Landini (2015) destaca que é necessário produzir intervenções de maneira crítica, onde as subjetividades são entendidas como resultado da interiorização das relações sociais e dependentes dos determinantes culturais e materiais, buscando intervir na articulação dos processos psicológicos e o contexto rural.

Caminhos como os destacados até aqui nos ajudam a refletir acerca dos processos imbricados na formação, na prática, e na própria concepção histórica da psicologia. Por isso se torna fundamental que discussões como essas sejam construídas e debatidas nos diferentes espaços, para que de fato possamos avançar na temática destacada e se implicar nos processos para além da reprodução de métodos e técnicas.

No capítulo subsequente apresentamos o caminho metodológico percorrido para a realização da pesquisa de campo junto à população Ribeirão do Chupé.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Classificação da pesquisa

O trabalho em questão pode ser classificado como pesquisa histórica, qualitativa e de campo. Padilha e Borenstein (2005, p. 577) considera que “o método de pesquisa histórica caracteriza-se como uma abordagem sistemática por meio de coleta, organização e avaliação crítica de dados que tem relação com ocorrências do passado”. Esse método de pesquisa permite o pesquisador traçar um caminho a fim construir uma reflexão que compreenda o problema da pesquisa como algo construído histórico e socialmente.

José Filho (2006) considera que o pesquisar traz consigo a necessidade do diálogo com a realidade social a qual se pretende investigar e também com o diferente, um diálogo permeado pela crítica e possibilitador de momentos criativos. Por isso será usada a abordagem qualitativa, que pode ser considerada como:

(...) parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI apud PIANA, 2009, p. 185).

Dentro dessa concepção são abertas possibilidades de construções científicas que expressam a realidade dos fenômenos sociais, em um posicionamento ético e crítico, dispensando a neutralidade e os reducionismos que permearam as ciências sociais durante alguns períodos históricos. Através da perspectiva trazida por Piana (2019), é possível destacar que o ato de pesquisar se faz em um processo dialético entre sujeito e pesquisador, o conhecimento não é predefinido, ele é construído em contato com a realidade social e com os sujeitos que a vivenciam.

Para entender como é a vivência dos sujeitos pesquisados, a pesquisa será de campo e destaca-se que esse tipo de pesquisa envolve o público pesquisado no processo de coleta de dados, além dos dados da construção bibliográfica e documental.

4.2 Caracterização do campo e técnica de coleta de dados

A pesquisa foi realizada com a comunidade acampada que vive as margens do rio Ribeirão Chupé, localizada na rodovia TO-050, entre o município de Palmas e Porto Nacional. Atualmente vivem 15 famílias na referida comunidade. A formação da comunidade se deu a partir de promessas de terra, isso há 15 anos, ocasião em muitos vieram na esperança de conseguir um terreno para morar, mas ao chegarem no local se depararam com uma realidade diferente da esperada.

Frente ao cenário descrito, muitas pessoas foram embora para outras localidades e algumas permanecem até hoje no local por não possuírem outro lugar para morar. As condições em que vivem configuram a situação de extrema vulnerabilidade social, haja vista as casas serem construídas de lona, palha e madeira, não possuírem energia elétrica e saneamento básico, acesso aos programas e benefícios sociais, bem como, ao trabalho e geração de renda.

Os participantes da pesquisa foram famílias localizadas por busca ativa dos pesquisadores e os critérios para seleção foram:

1. Ser adulto, morador da comunidade do Ribeirão Chupé, ter aparelho celular e aceitar participar voluntariamente do estudo;
2. Dentre esse grupo, priorizar as famílias que residem um tempo maior na referida comunidade;
3. Entrevistar pelo menos um membro de cada família participante da pesquisa;
4. Contar ao menos com a participação de duas famílias.

O critério de exclusão foi estar de passagem na comunidade e residir em um tempo inferior a um ano no território.

Destacamos que na pesquisa qualitativa não há uma preocupação com o quantitativo da amostra, pois conforme nos ensinam Martínez, Gonzalez Rey e Puentes (2019), o singular não é somente o indivíduo, mas também o que se forma através do coletivo, em um processo dialético. Logo, fazer pesquisa com pessoas de duas famílias, representa um movimento coletivo de partilha, mas também na experiência singular de cada um.

No que tange a coleta de dados, a primeira opção era a realização de grupo focal, mas em decorrência da pandemia, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com duração aproximada de 50 minutos somadas ambas (vide transcrições no Apêndice B), por meio de um encontro presencial na referida comunidade, sendo tomado todos os cuidados sanitários recomendados pelo Ministério da Saúde para não transmissão do Covid-19, e foram feitos alguns registros fotográficos, previamente autorizado pelos moradores da comunidade.

Triviños (1987) destaca que a entrevista semiestruturada tem como característica questões básicas que são fundamentadas através de teorias e hipóteses que se aproximam com a temática pesquisada. Desta forma, a entrevista se consolida de forma flexível e se adapta de acordo com a prática entre entrevistador e entrevistado, favorecendo “não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Através do processo dialógico, por meio da entrevista, buscou-se contemplar e abranger os objetivos definidos no projeto. A entrevista semiestruturada se configurou como um recurso para se trabalhar com a história oral.

A história oral preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais. (GUEDES-PINTO, 2002, p. 95).

Realizar essa pesquisa tem sido uma possibilidade de mostrar a realidade desses sujeitos que vivem invisibilizados, permitindo que os moradores se expressem através de suas narrativas e de acordo com suas vivências, pois a pesquisa se faz através de um movimento de troca. A Psicologia não é neutra, é histórica, política e contextualizada, por isso tem-se o compromisso de tentar mudar a realidade social.

4.3 Procedimentos e questões éticas

A presente pesquisa está vinculada ao projeto guarda-chuva da professora orientadora, intitulado *Políticas Sociais e Garantia de Direitos: Análises a partir da História*, analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins (CEP - UFT). As entrevistas foram iniciadas após a apreciação e aprovação do eixo do projeto de pesquisa que esse estudo está vinculado pelo CEP -UFT, identificado pelo CAAE (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética) nº 47991721.3.0000.5519, por meio do parecer de número: 5.082.000 e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos envolvidos na pesquisa (vide Anexo A).

O pesquisador esteve à disposição para tirar dúvidas quanto ao TCLE e demais procedimentos envolvidos na pesquisa. Destacamos que as participantes terão acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Também foi garantido o sigilo de suas identidades, sendo-lhes atribuído nomes fictícios. As participantes demonstraram cooperação na ocasião da entrevista, não demonstrando sentimentos de inibição, desconforto ou receio em revelar qualquer informação para pesquisa em questão.

A pesquisa está em conformidade com os princípios estabelecidos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, bem como com os ditames do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

4.4 Tratamento e análise dos dados

A partir da leitura cuidadosa das transcrições das entrevistas, identificamos as temáticas centrais trazidas pelas entrevistadas, associando-as ao nosso objetivo de pesquisa, possibilitando a construção de nossas categorias de análise, a saber:

1. Do sonho da terra, as dificuldades da vida: narrativas de uma década;
2. “Sem alimentos e sem poder plantar”: narrativas da insegurança alimentar e as consequências dos agrotóxicos;
3. “Nós somos escarrados, nós somos os excluídos”: narrativas da ausência de acesso aos serviços de saúde e assistência;
4. “Aqui a gente se sente à vontade”: narrativas de viver em contexto de ruralidade.

Desse modo foi possível estabelecer a construção prático-teórica nas análises a fim de compreender as informações obtidas de forma contextualizada e crítica. Através dessa perspectiva é possível conciliar os aspectos históricos e particulares na análise dos dados, pois esta epistemologia, acredita em um sujeito contextualizado e interpelado pelas relações estabelecidas com o seu contexto social, ao mesmo tempo que não se concebe o conhecimento como algo estático, mas sim em um constante movimento de construção que se articula entre os diferentes campos de saber.

Face ao exposto, “o processo de construção da informação não se orienta por uma lógica preconcebida, mas se caracteriza por um processo mental e reflexivo por meio de elaborações e interpretações que ao longo da pesquisa vai construindo seu próprio modelo teórico” (GALLERT, et. al. 2011, p. 9).

4.5 Apresentação dos dados

As análises foram realizadas por meio da criação de categorias, sendo os resultados alcançados representados em relatos textuais, bem como apresentamos fotografias do território da comunidade no trabalho de conclusão de curso, tomando o cuidado de preservar a imagem dos moradores da comunidade e com a devida autorização deles. Seguimos todas as

recomendações das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Federal de Psicologia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados na pesquisa de campo, assim como as análises que se sucederam a partir das entrevistas realizadas. Foram construídas quatro categorias (descritas na metodologia) para tratar de forma detalhada os núcleos centrais de discussão propostos pelo trabalho de pesquisa em questão.

5.1 Do sonho da terra, às dificuldades da vida: narrativas de uma década

Malditas sejam todas as cercas!
 Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar!
 Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para ampararem cercas e bois e fazerem da terra escrava e escravos Os homens!
 (CASALDÁLIGA, 2012)

Figura 1: Casa de uma das entrevistadas



Fonte: Registros do autor.

Para os moradores do Ribeirão Chupé a reforma agrária sempre significou um sonho de possuir um pequeno espaço de terra para poder se estabelecer. Passados 7, 10 e até 15 anos para a moradora mais antiga, esse sonho não se materializou e a vida foi marcada por dificuldades. As entrevistadas relataram que naquela época que chegaram ao espaço havia muitas promessas para a conquista de terrenos, pois naquele momento histórico as questões relativas à reforma agrária ganhavam força.

Quando perguntado às entrevistadas sobre os motivos de terem vindo para o acampamento, as moradoras responderam da seguinte forma:

Era para ganhar uma terra...É porque na época aqui era acampamento, povo pra ganhar terra, essas coisas, aqui era tudo cheio de barraca, até lá em cima. Aí uns ganharam, outros morreram, outros foram embora, era assim. (Dona Margarida)

Todo mundo tinha né, esse sonho de ganhar uma terrinha pra criar suas coisinhas, plantar, mas agora... (Dona Rosa)

Muitas pessoas vieram pelo movimento de desenvolvimento do Tocantins na esperança de conseguir um pedaço de terra, é tanto que a moradora entrevistada relata que quando ela mudou para o acampamento, não havia ainda as plantações como eram hoje, era um local de mata ainda. Um marcador importante de destacarmos, é que olhando em termos gerais para os moradores da comunidade, são pessoas pardas ou pretas, isso também pode ser analisado como um sintoma da nossa atual sociedade em consonância com as desigualdades sociais.

Souza (2017, p. 1) destaca que “a maioria das pessoas que compõe os assentamentos e acampamentos é afro-brasileira e conseqüentemente vítima do racismo, ora camuflado, ora revelado e combinado com o preconceito de classe”, por isso devemos considerar que a luta pela terra é a consolidação de um processo histórico escravagista, assim como é um movimento que perpassa pelas questões de raça e luta de classes, uma vez que essas populações em grande maioria se encontram em condição de miséria.

A situação apresentada como um sonho para muitos se acabou com a finitude da vida para alguns, pessoas que nunca foram reconhecidas e suas histórias foram perdidas; outros continuam vivos na esperança, mesmo assim ainda invisibilizados. Telles (2001, pp. 51-52) destaca que “a indiferenciação do pobre remete a uma esfera homogênea das necessidades na qual o indivíduo desaparece como identidade, vontade e ação, pois é plenamente dominado pelas circunstâncias que o determinam na sua impotência”, esse não é um processo que surja do individual para o social, mas geralmente é uma imposição da naturalização das desigualdades sociais.

O território onde localiza-se o acampamento era cercado por matas quando elas chegaram, mesmo estando as margens da estrada, mas com o passar do tempo foram surgindo as plantações em grande escala. Segundo as entrevistadas, primeiro os fazendeiros plantam a soja e logo após a colheita plantam o milho, para elas esse modo de plantação é uma estratégia para não ceder terra para a reforma agrária, pois a produção é muito valorizada em nossa sociedade, principalmente o agronegócio.

Siqueira (2004, p. 1), destaca que “a lógica do produtivismo orienta a vida de um grupo de indivíduos (os "consumidores adequados"), enquanto um outro grupo (os "consumidores falhos") fica à deriva econômica, política, social e psicológica, lutando pela sobrevivência. Essa

mesma lógica perpetua a produção do agronegócio, a produção se torna mais importante do que os aspectos sociais que permeiam as questões da nossa sociedade, Geraldo Vandré, em sua canção “*Pra dizer que não falei das flores*”, já dizia que “pelos campos há fome, em grandes plantações”. Essa é uma situação que se tornou naturalizada no nosso país, uma música da década de 60, ainda representa fidedignamente nossa realidade atual.

As vezes até admiramos o verde das plantações as margens da estrada, tão grandes em extensão que nem o horizonte conseguimos ver e a beleza chega a ser tamanha que fotografamos, mas por outro lado, não nos damos conta de imediato que tamanha beleza natural é apropriada de forma privada e negamos ver a pobreza que habita a margem das rodovias, pois as mazelas sociais deflagram a contradição *capital x trabalho*. Sendo assim, percebemos como o produtivismo nos enche os olhos, enquanto tornamos invisíveis muitas situações que necessitam de uma atenção comprometida com a realidade social.

As duas entrevistadas viveram grande parte desse tempo com filhos morando na comunidade, mas alguns acontecimentos e o nascimento dos netos, fizeram com que os filhos se mudassem para a cidade:

Elas [filhas] moravam aqui comigo, aí, assim, enfraqueceram de tudo, disso aqui tudo, aí elas foram, aí tinha um filhinho dela pra botar no colégio, eu disse “não, não, é melhor por favor mesmo”, porque aqui quando a pessoa adocece, se a pessoa não tiver um carro, daqui que o SAMU chega, daqui que o pessoal chega, morre. (Dona Margarida)

Na verdade mora eu meu marido, minhas meninas morava tudo aqui mas roubaram tudo delas e foram embora. Aqui em casa só deixaram as duas carimba de dormir e as panelinhas que tava escondidas. O resto levou tudo, bicicleta, facão, machado, canço de pescar, tudo. (Dona Rosa)

As dificuldades vivenciadas no acampamento foram questões que levaram as filhas das moradoras a irem tentar a vida na cidade, desse modo podemos perceber que a falta de estrutura no espaço, faz com que as pessoas tenham que sair dali para tentar oportunidades na cidade, esse movimento relembra as questões da década de 70 e 80, onde as pessoas se dirigiam aos centros urbanos na esperança de encontrar melhores condições de vida, uma realidade que nem sempre se concretizava, conforme já discutido nesse trabalho. De Maria e Baeninger (2016), salientam que ao mesmo tempo que a migração pode ser tida e adotada como uma estratégia na busca de melhores condições de vida, essa decisão nem sempre vai resultar de fato em um cenário melhor para se viver. De fato, foi isso que aconteceu com a filha de Dona Margarida:

(...) tá desempregada. ela já botou o currículo aí em todo lugar. Ela começou a trabalhar na casa (como doméstica), começou a ganhar no mês mil, mil e cem reais. Depois baixou pra 700, depois pra 600, a casa enorme, trabalhava o dia todinho, ela

chegava morrendo em casa, cheia de dor, disse “não, pode parar com isso, você não é obrigada”. De tudo não, mas pelo menos um arrozinho com feijão nós come.

Nota-se que a precarização e exploração no trabalho também se consolida como um fator perpetuador das desigualdades sociais, no que tange a essas questões, Silva (2020) aponta que:

(...) as formas de precarização do emprego podemos ver que são em sua grande parte, práticas inseguras e com salários muito baixos e desta forma, em vez de contribuir para a melhoria da vida familiar, acabam por provocar graves problemas financeiros e nos aspectos essenciais (p.1).

Essa incidência tem sido um fenômeno comum no cenário brasileiro, principalmente durante a pandemia, onde já havia um grande número de desempregados, e nesse momento houve a intensificação, dessa forma cria-se condições de trabalho cada vez mais precárias e de baixa remuneração, pois há uma alta demanda por serviço, sendo assim, os empregadores se aproveitam da situação como justificativa para exploração do trabalho. O que tinha para ser uma oportunidade de mudanças, tornou-se mais uma dificuldade na vida da filha de dona Margarida, que atualmente se encontra desempregada.

No cenário da reforma agrária percebe-se que nos últimos anos houve uma queda acentuada do número de famílias contempladas, o que se apresenta como um aspecto que se configura como dificuldade no acesso ao direito a terra. Uma matéria escrita pela Folha (2021), com base nos dados do Incra, apresenta que sob o governo de Bolsonaro o Incra incorporou somente 1,5 mil hectares de terra em 2019, e 1,4 mil em 2020, o que se totaliza em 2,9 mil hectares destinados ao programa nacional de reforma agrária e 9,2 mil famílias assentadas. Esses números representam uma queda drástica em comparação aos anos anteriores, no governo de Temer em dois anos e meio, foram distribuídos 664 mil hectares e 11,8 mil famílias foram assentadas. Em cinco anos de Dilma foram distribuídos 3,1 milhões de hectares e 133,6 mil famílias assentadas. Nos dois mandatos de Lula foram 47,6 milhões de hectares e 614 mil família assentadas.

Fora aqueles que estão assentados, há uma grande quantidade de famílias acampadas, exemplos disso temos a comunidade do Ribeirão Chupé, que não está vinculada ao MST. A estimativa é que tenha 120 mil famílias em situação de acampamento, mais supõe-se que haja muito mais, visto que nem todas são catalogadas e registradas. Situações como essas transformam sonhos em finitudes, muitos esperam, e muitos que virão ainda esperarão, porém no cenário que vivemos não há garantias que a terra poderá ser um direito.

5.2 “Sem alimentos e sem poder plantar”: narrativas da insegurança alimentar e as consequências dos agrotóxicos

Onde há grande propriedade, há grande desigualdade. Para um muito rico, há no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos presume da indigência de muitos. (SMITH, 1988)

Figura 2: Parte interna da casa de uma moradora



Fonte: Registros do autor

Os moradores da comunidade do Ribeirão Chupé têm a desigualdade como um marcador de suas vidas, anos que se passam e dificuldades que se perpetuam, esses destacam que a única época que são vistos é no período eleitoral:

Aqui eles só conhecem em tempo de política, igual eu tô falando, aqui quando é tempo de política pega e se aparecer, aqui tinha um monte de criança, a mulher pega o meu “ah, peraí” meu braço, cheirava, dizia que ia trazer as coisas no outro dia, até hoje... Aqui é assim, o povo só enxerga a gente em tempo de política (Dona Rosa).

Tô te falando que aqui nós é escarrado, só na época das política velha, por isso eu passei na cara deles no ano passado, passamos na cara de uns, disse “você só reconhece nós quando é no tempo das políticas, quando passar as políticas você faz de nós uns cachorro” (Dona Margarida).

Essa realidade é algo muito comum na história política do Brasil, frequentemente no período eleitoral se intensifica o olhar para a população, porém, em geral, isso não representa um interesse em perceber as realidades e propor mudanças, mas está associada a lógica de conseguir votos a todo custo, mesmo que a mentira se torne um método para tentar conquistar votos. Esse também é um cenário que continua a manter as desigualdades, pois também representa a naturalização dessas realidades, os moradores relatam que depois que passam o

período eleitoral essas mesmas pessoas deixam de realizar qualquer visita, não é proposto nenhuma mudança que de fato possa contribuir para auxiliar os moradores daquela região.

Propositadamente recuperamos a citação do economista Adam Smith, considerado o pai do neoliberalismo econômico, em sua obra denominada “A riqueza das nações”, para evidenciar que no capitalismo se reconhecia que a apropriação privada do trabalho coletivo produzia as desigualdades sociais, porém a defesa não era pela superação nessa condição, como o autor evidencia em sua obra intitulada *Teoria dos sentimentos morais*, publicada em 1759. Na referida obra, ao exemplificar como se dá a solidariedade entre os homens, Smith (1999, p. 7) revela que a diferença de classes se acirrava ao longo do desenvolvimento da manufatura na Europa ao retratar que “pessoas de fibras delicadas e constituição física frágil, queixam-se de que, olhando as feridas e úlceras expostas pelos mendigos nas ruas, com facilidade sentem desconforto ou coceira na parte correspondente de seus próprios corpos”. Sua defesa era para que as pessoas se solidarizassem, entretanto sem haver a alteração da base material; mantendo-se a lógica da propriedade privada e, por conseguinte, do individualismo.

Uma característica que predomina na comunidade Ribeirão Chupé é a baixa renda familiar, alguns moradores já conseguiram receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no caso, Dona Margarida, e seu companheiro que usa marca passo. Outros moradores não recebem nenhuma renda, sobrevivem de ajuda que recebem dos vizinhos ou de outras pessoas que fazem doação. Uma das entrevistadas se mantém com o valor do benefício Bolsa Família, conforme declara: “Eu sou encostada né, mas só dá mal pro remédio, é, agora eu só vivo doente. Mas dá, o pouco com Deus é muito, né” (Dona Margarida), “Eu recebo 130 reais do bolsa família“(Dona Rosa).

Os valores recebidos, por mais que façam parte dos benefícios assistenciais, são irrisórios para conseguir se manter durante o mês, o que gera desafios para a sobrevivência dessas pessoas. Godinho (2011) destaca o fato da pobreza também se expressar pela privação ou ausência das necessidades básicas, podendo se mudar em termos de intensidade da privação, como por exemplo a falta de recursos que possam garantir uma das condições primeiras de sobrevivência, a alimentação.

Os valores apresentados como renda familiar das entrevistadas comprometem a condição alimentar, tendo em vista os altos custos dos alimentos, principalmente com o aumento da inflação. Quando questionadas sobre sua alimentação ser adequada/saudável, considerando a renda e o acesso aos alimentos, as entrevistadas deram as seguintes repostas:]

Tem nada, é só um arrozinho com feijão. A gente vai na rua, né, compra um pouquinho de um, um pouquinho de outro, né (Dona Margarida).

Tem Deus pra viver, arroz e feijãozinho, quando tem eu como, quando não tem ... eu moro na casa lá embaixo, eu não sou casada, não sou aposentada (Dona Flor)⁵
 Não meu parceiro, a gente aqui não consegue se alimentar bem. Tem uma galinhazinha, de vez enquanto come uma, quando não tem outra coisa, né, eu vivo é assim (Dona Rosa).

Através dos relatos e da observação durante a entrevista, percebemos a dificuldade alimentar das entrevistadas. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2021) aponta que “a fome e a insegurança alimentar e nutricional são expressões profundas das desigualdades brasileiras, especialmente considerando a produção do país (p.7)”. Vivemos em um país que se expressa mundialmente em termos de produção e exportação, porém diversas famílias no território brasileiro vivem sem as mínimas condições de possuir uma alimentação adequada, o que se encaminha para o cenário da insegurança alimentar, que pode ser compreendida como:

Uma situação que existe quando as pessoas não têm acesso seguro a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o normal crescimento e desenvolvimento e uma vida ativa e saudável. Pode ser causada pela indisponibilidade de alimentos, poder de compra insuficiente, distribuição inadequada ou uso inadequado de alimentos ao nível doméstico. A insegurança alimentar, as más condições de saúde e de saneamento e as práticas inadequadas de alimentação são as principais causas do mau estado nutricional. A insegurança alimentar pode ser crônica, sazonal ou transitória (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2014, p. 23).

Através do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, produzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2021), foi constatado que “do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome (p.10)”, números expressivos e que dobram no campo, quando comparados ao meio urbano, conforme esse estudo.

As entrevistadas manifestaram que as vezes passam alguns carros e deixam algum alimento e que no início da pandemia algumas entidades religiosas levavam alimentos, mas ultimamente diminuíram as doações. Diante do cenário descrito, vivem da maneira que podem, o apoio mútuo entre os moradores também é algo que acontece entre os mais próximos, ocasião em que um ajuda o outro quando pode nas questões alimentares. Durante a visita uma senhora fez questão de mostrar ao pesquisador os alimentos que ela dispunha no momento, conforme registrado na figura 3. Vale esclarecer que o principal meio de preparar os alimentos é por meio

⁵ Dona Flor estava presente no momento da entrevista de uma das participantes, e quis contribuir com alguns relatos, a mesma autorizou previamente que pudesse utilizar seus relatos na apresentação dos resultados da pesquisa

do fogão a lenha, e não local adequado para alimentos que necessitam de refrigeração, uma alternativa que Dona Margarida relatou é o uso de um casco de geladeira, onde eles conseguem gelo em alguma chácara da vizinhança, e colocam dentro do casco da geladeira para manter os alimentos que necessitam de refrigeração, porém é uma estratégia que não dura por muito tempo, já que o gelo derrete.

Figura 3: Caixa com alimentos de moradora



Fonte: Registros do autor

Figura 4: Preparo de alimento em fogão a lenha



Fonte: Registros do autor

Situações como essa são comuns na comunidade, ao ser perguntado as entrevistadas se o pesquisador poderia conhecer a moradia delas, houve total receptividade e foi solicitado por elas que as peças fossem fotografadas. Esse movimento pode ser percebido como uma intenção de denúncia e dar materialidade aquela realidade não foi um processo fácil para o pesquisador, pois a pesquisa é um processo implicativo, e perceber esse cenário gera incomodo e indignação, ao mesmo tempo tristeza ao ver pessoas vivendo naquelas condições.

Relacionado as questões básicas também tem a questão do acesso água, quando questionadas foi relatado que o principal meio para obtenção de água para uso doméstico e consumo era:

Poço, cisterna, mas aí, eu jogo cloro, sabe. O Alecrim veio um tempo desse, ele é desse pessoal do movimento, aí eu pedi pra ele trazer, né, aí eu ponho é cloro ali (Dona Margarida).

Do poço, mas tem gente que usava ali a água do rio, mas o povo jogava galinha morta, fazia as necessidades na água para fazer o mal para os outros (Dona Rosa).

Figura 5: Poço da casa de uma moradora



Fonte: Registros do autor.

A comunidade fica localizada às margens do Ribeirão Chupé, de um lado moram as entrevistadas, e na margem do lado oposto moram outras pessoas, foi relatado que não há uma boa relação entre a margem que as moradoras vive, com os moradores da margem oposta. Poderia se pensar o uso da água do rio como um benefício, porém tem-se algumas problemáticas em relação ao uso da água do ribeirão. A primeira como destacada pela moradora é que alguns moradores da margem oposta acabam realizando algumas práticas que podem acarretar problemas de saúde e por outro lado tem a questão dos agrotóxicos utilizados nas grandes plantações que também circundam as margens do Ribeirão, provocando a poluição do rio, conforme narram as entrevistadas:

Eu mesmo tem uns três anos que não uso mais, uns três pra quatro anos...Esse ano vai fazer três anos que não pesco mais aí (Dona Margarida).

Eu não fui lá mais não, fui proibida. Aqui ó [mostra marcas de vitiligo na perna] e a médica falou pra mim pra gente não ir mais lá não, que é muito poluída, meu filho,

veneno, aí ó [mostra a perna] sofri. Água poluída, aí como eu sou morena, sou preta mesmo, aí fica essas manchas brancas, essa parte aqui a pele foi quase toda trocada, passava papelão. Cê pode enviar isso aí pra qualquer um, essa água desse chupé é poluída, já ví foi... ficar calado é melhor. Já vi mesmo, vou mentir não, piau desses morto bem aí (Dona Flor).

Percebe-se que o ribeirão poderia até ser uma fonte para a subsistência da comunidade, mas devido ao uso de agrotóxicos nas plantações que circundam a comunidade, a água se torna inutilizável oferecendo riscos à saúde, como relatado por Dona Flor. Santos (2019) destaca que o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos, o consumo anual tem sido superior a 300 mil toneladas e desde o ano de 2004, o uso dessas substâncias aumentou aproximadamente 700%. Isso representa um número expressivo e muitas vezes não há o controle do uso desse tipo de substância, o que acaba provocando a poluição de rios, córregos e até mesmo do solo e existindo a contaminação é longo o processo de reversão, ainda mais quando o uso é constante.

As entrevistadas enfatizam que é muito comum o uso de agrotóxico nos arredores, pois há grandes plantações, inclusive relataram que é utilizado um avião de pequeno porte para pulverizar o agrotóxico e este sobrevoa a comunidade em que vivem, produzindo consequências à saúde e inutilidade do solo, como exemplificado nos relatos abaixo:

meu filho, mata as nossas plantas, tudinho, pé de pimenta, pé de abóbora, as macaxeiras fica assim [movimento com a mão fechando punho], o feijão fica assim tudo com a vagem enrolada. Aqui antes deles ficarem plantando aqui, ave Maria, eu dava trem demais aqui pro povo, quiabo, nós tinha tudo (Dona Margarida).
É, eu deixei até mais de plantar, só que eu ainda plantei ainda mandioca, que é dentro do chão, né, a terra ainda chupa um pouco de veneno. Mas aí a mandioca, a abóbora tão bonita, só enquanto eles não começam a jogar veneno, na hora que eles começarem a jogar veneno peca tudo, as folhas embola tudo, tudo (Dona Margarida).

Planta mais não, antigamente nós plantava, feijão, abóbora, agora nem as plantas não ficam mais. Os coentro, as cebolas, as cebolas já plantei aí e deu as folhas desse tamanho [mostra o tamanho com a mão]...Presta mais não depois que começaram a bater veneno, planto mais nada porque não dá mesmo (Dona Rosa).

A pulverização de agrotóxicos traz consequências de grande impacto para a comunidade, pois além da poluição da água, problemas de saúde, os moradores não conseguem cultivar alimentos como uma forma de complementar a alimentação. Essa forma de uso de agrotóxicos:

(...) trata-se de poluições (ambiental, ocupacional, alimentar) intencionais e não “derivadas” que culpa o clima ou o trabalhador que pulveriza (tratorista ou piloto), além disso, sabe-se que no ato da elaboração do receituário e da compra que não existe agrotóxico não tóxico e que segundo estudos, apenas 30% deles atingem o alvo e o

restante vai para o solo, águas, ar e plantas (PIGNATI; OLIVEIRA; SILVA, 2014, p. 4670).

Através desse apontamento podemos perceber como não é acidental as consequências da pulverização dos agrotóxicos, é um movimento intencional, tendo-se a noção do risco. Ocorre que na produção em larga escala o que vai interessar é a produção do excedente, que se bata a meta prevista para a colheita. A poluição e outras consequências são vistas como aspectos secundários e não são percebidos como de importância, pois os grandes produtores não são atingidos por tais consequências, mas os trabalhadores e os que moram no entorto são os principais atingidos pelo uso dos agrotóxicos. A produção do excedente e do lucro no capital são mais valorosos do que a vida da classe trabalhadora. A relação com a natureza também se sustenta pela relação de exploração, conforme podemos observar nas narrativas das entrevistadas.

5.3 “Nós somos escarrados, nós somos os excluídos”: narrativas da ausência de acesso aos serviços de saúde e assistência

O Universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. Temos direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza (SANTOS, 2012).

Figura 6: Casas de lona e madeira dos



Fonte: Registros do autor.

Assim como descrito nos capítulos anteriores, a saúde voltada para a população do campo tem suas especificidades, e se tratando de populações em situação de vulnerabilidade, torna-se muito importante uma abordagem que contemple e atenda as demandas da população, de acordo com suas necessidades. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, descreve que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal

e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação (p.118)”, porém assim como em outros aspectos a comunidade do Ribeirão Chupé tem sido negligenciada no que tange à saúde, principalmente no que se refere ao acesso aos serviços de saúde. Acreditamos que esse não é um cenário exclusivo da comunidade retratada na presente pesquisa, tendo em vista que ainda há muitos desafios para garantir o direito à saúde das populações do campo, conforme detalhado no capítulo intitulado: *Ruralidade e políticas sociais na contemporaneidade*.

O agente comunitário de saúde (ACS) possibilita a aproximação do serviço de saúde com os contextos de ruralidade, Soares et. al. (2020) vai considerar que o ACS, “é o trabalhador que reduz a distância entre a população e o serviço de saúde, identificando e reconhecendo as necessidades de saúde da população e ampliando a compreensão da comunidade sobre modos de produzir o cuidado e formas de acessar os serviços de saúde (p. 2)”, porém quando perguntadas sobre a visita de algum agente comunitário de saúde, ambas manifestaram que não recebem visita do ACS há um bom tempo.

Não, é difícil achar, pra aparecer aqui. Aqui mesmo tem é séculos que andou uma aqui, tem três anos que andou uma agente de saúde aqui. Eu pedi tudinho nesse tempo, e ninguém veio aqui (Dona Margarida).

As falas das entrevistadas deflagram uma situação de total desassistência do Estado, pois não há nenhum acompanhamento e nem o levantamento de necessidades da população local, sendo que o ACS deveria ser uma primeira referência no aspecto da saúde e uma ponte entre os moradores da comunidade e a atenção primária. Situações como essa certamente vão produzir agravos na condição de saúde, pois nem sempre todos têm condições de ir com frequência à cidade para obtenção de atendimento. Ademais, por si só as condições alimentares e ambientais a que estão expostos já colocam a referida comunidade em situação de risco. Fica evidente que não há o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e proteção à saúde, tal como preconiza o SUS.

Arruda, Maia e Alves (2018) relatam que os moradores que vivem em comunidades rurais avaliam pior sua saúde em comparação a população urbana, porém estes procuram menos os serviços de saúde, esse dado pode ser justificado pela menor oferta de serviços que sejam próximos do meio rural, exigindo dos usuários gastos para o deslocamento. Esse aspecto vai ao encontro com as situações vividas na comunidade Ribeirão Chupé, pois os moradores não têm condições de se deslocar para a cidade com intuito de receber atendimento médico, e por mais que haja o SAMU em casos de emergência, os moradores salientam a demora para a ambulância

chegar ao local, ou em caso de consultas na cidade, a dificuldade para conseguir agendar consulta.

Se quiser o SAMU tem que pedir ou então paga um frete de um carro pra poder ir pra rua (Dona Margarida).

E outro, você vai no postinho, você pra conseguir uma consulta, tem que agendar mermão, e é luta pra você conseguir um agendamento (Dona Flor).

Tem dois anos que eu fiz uma consulta pra fazer exame de vista, marquei na verdade mas até hoje... A dificuldade aqui é imensa porque a passagem é 15 conto daqui até ali em Palmas (Dona Rosa).

Por mais que a comunidade fique localizada no território do município de Porto Nacional, os moradores afirmam que encontram mais facilidade em acessar os serviços públicos em Palmas, tanto que realizam consultas e exames na capital. Quanto ao acesso da vacina contra COVID-19, as entrevistadas responderam da seguinte forma:

Não, meu parceiro, quando fui lá na rua não tinha, também não tinha como esperar, quando veio um agente de saúde, não sei nem quantos anos. Aí eu tava do outro lado lavando roupa, aí ele apareceu, perguntei por quê que as vacinas não vinha, porque não tem condição de tá indo na rua direto caçar vacina, até porque a passagem é cara, é difícil né (Dona Rosa).

Eu fui vacinada, eu já tomei a segunda dose (Dona Margarida).

Uma [dose]. Não fui pra rua ainda...Tem que ir lá na rua se quiser, se você quiser alguma coisa tem que ir lá, mas aí ó, a passagem pra ir e pra voltar (Dona Flor).

Apenas uma das entrevistadas completou o ciclo vacinal contra a COVID-19, outra tomou apenas uma dose, e uma não tomou nenhuma dose, sendo justificada a situação exposta pela dificuldade de locomoção para o acesso a vacinação, como os moradores nem sempre vão a cidade, muitos não tomam as vacinas básicas, pois não ficam sabendo sobre o calendário vacinal. Os fatos descritos até o presente mostram a ausência do Estado e a violência estrutural para com a comunidade, ainda mais quando se trata de um grupo em vulnerabilidade social, que deveria ser priorizado seguindo a diretriz da equidade. Esse cenário relativo à vacinação da população rural provavelmente se expressa nas diferentes regiões do Brasil, pois não encontramos dados quantitativos de vacinação das populações que vivem no campo.

Face ao exposto, vai se delineando a ideia: “vacine-se quem puder”, sendo que na verdade deveria ser garantido a essas populações um acesso facilitado às vacinas e ao cuidado de forma geral em saúde, até porque muitos já possuem uma idade avançada e não dispõem de condições financeiras para ir frequentemente à cidade para conseguir tomar a vacina. Para quem

não tem muito, entre escolher gastar com passagem para vacinar e gastar com algum alimento, a segunda opção se torna mais viável, pois para além da vacinação também é uma questão de sobrevivência.

Fica evidente que essas pessoas para além da atenção à saúde faz-se necessário o apoio socioassistencial, mas como garantir esse acesso para pessoas que não são percebidas, mesmo estando em uma situação de extrema vulnerabilidade social? Na fase inicial de nossa pesquisa contatamos os serviços da rede de saúde e socioassistencial a fim de levantarmos maiores informações sobre a referida comunidade, mas constatamos que os serviços não conheciam aquele território, mesmo estando a olho nu a condição de miséria e precariedade a que estão expostos pelo período de 15 anos. Após a primeira aproximação com a comunidade, acionamos novamente a rede socioassistencial de Porto Nacional para relatar a situação de desproteção social da comunidade e solicitar o acompanhamento daquelas famílias.

Na ocasião da entrevista, quando perguntamos se receberam algum tipo de visita de algum serviço socioassistencial, as entrevistadas relataram as seguintes situações:

Ninguém, ninguém, nós somos os abandonados, os excluídos, somos abandonados, não aparece ninguém (Dona Margarida).

Tô te falando que aqui nós é escarrado, só aparece gente na época das política velha... Aqui é difícil aparecer um cristão pra dar uma cesta básica pra gente, de vez enquanto o povo da igreja vem na casa dela, ai se reúne todo mundo e as vezes arruma uma cesta... (Dona Rosa).

Apesar de uma das entrevistadas receber o benefício do bolsa família, não acontece a assistência territorial prevista na Política Nacional de Assistência Social. Isso impacta diretamente no modo como os moradores se sentem, as próprias entrevistadas falam sobre a questão de se sentirem abandonadas e excluídas. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo o órgão da porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), deveria se ater essas demandas territoriais, pois:

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, suas necessidades, potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes (BRASIL, 2009, p. 09).

Conforme o exposto, o trabalho no CRAS exige que a equipe conheça o território, as vulnerabilidades que se apresentam, para que de fato possa assegurar os direitos sociais. Quando existe um beneficiário de um programa social e não é feito nenhum acompanhamento,

o que era para ser uma possibilidade de promoção social se torna assistencialismo e coloca na mão do sujeito a própria responsabilidade pela sua condição de vulnerabilidade.

A situação de vulnerabilidade social tem efetivado a existência de outros problemas sociais: a produção de furtos dentro da própria comunidade. As entrevistadas contam que furtos estão acontecendo na comunidade, sendo praticados pelos próprios moradores da comunidade, dificultando inclusive a união desse segmento para reivindicar melhores condições de vida:

Tem esse defeito que já me roubaram tantas vezes aqui, a gente não pode sair nem pra fazer uma precisão no mato mais, entendeu (Dona Margarida).

No dia que roubaram aqui, fiquei das 2h até 6h ligando pra polícia, porque o povo pegou a leitoa aqui...a polícia, veio aparecer quase 7 horas da manhã, nós tudo acordado, vigiando o homem que tinha roubado (Dona Rosa).

A situação descrita pelas entrevistadas é tão dramática que evidencia o processo de desumanização, a miséria é tamanha que se furta até daquele que pouco tem para assegurar sua subsistência. Arruda, Maia e Alves (2018) afirmam que residir em locais com maior vulnerabilidade gera uma série de questões aos indivíduos, sejam relacionadas a infraestrutura, como a distância e a dificuldade de acesso aos serviços públicos, ou a questões sociais, como a menor coesão social, o maior nível de estresse e até mesmo de criminalidade.

O abandono do Estado também se materializa nas questões de segurança pública, pois não há policiamento na comunidade Ribeirão do Chupé, mesmo quando solicitado. No caso de a solicitação ser atendida, o tempo de espera é longo.

Aqui polícia não anda, que era o principal, que era pra eles tá andando aqui, eu já falei pra eles, falei um bocado de vez, disse “eu quero que vocês fica fazendo visita pra nós”, não é obrigado assim, né todo dia, mas faz visita pra nós, que nós se sente muito bem, não vem nem chamando, não vem (Dona Margarida).

Como apresentado, vários dilemas circundam o dia a dia da comunidade do Ribeirão Chupé, sejam por questões sociais, de saúde e segurança e vendo isso é comum nos questionarmos: Como as políticas sociais poderiam contribuir com essa realidade? Há possibilidade de somente as políticas sociais transformarem aquela realidade? Essas perguntas nos conduzem a compreender que a superação das expressões da questão social exige uma mudança estrutural, ou seja, precisa alterar a forma de organizar a vida e isso será viável quando não houver mais a exploração do homem pelo homem.

Afirmar que a assistência social deve ser socialmente assumida no bojo de um projeto político emancipatório não significa que ela isoladamente enfrenta e supera a exclusão, a pobreza e outras expressões da desigualdade. É preciso reconhecer os

limites das políticas sociais na alteração das estruturas de poder e nos determinantes geradores das demandas por direitos. Não obstante, essa política tem um potencial estratégico na ampliação do sistema de proteção social e da consciência crítica. (SILVEIRA, 2007, p. 62)

Como apresentado, a existência de políticas sociais por si só, não conseguem superar os problemas sociais derivados da estrutura do Capital, por isso muitas vezes essas políticas acabam não cumprindo seu objetivo na prática, pois tem diversos fatores que interpelam sua execução. Vivemos em um momento histórico que mantém a naturalização dos fenômenos sociais e cria-se o mito que existindo políticas sociais, os sujeitos continuam na pobreza porque querem, esquecem que a política social é um dispositivo que objetiva assegurar os direitos sociais. A superação das expressões da questão social envolve movimentos coletivos que assegurem a passagem para uma forma de organização social sustentada na igualdade social e não apenas na igualdade jurídica.

5.4 “Aqui a gente se sente à vontade”: narrativas de viver em contexto de ruralidade

“Quem se acostuma na roça, não tem mais vontade de ir pra rua não” (Dona Rosa)

Figura 7: Casas dos moradores da comunidade.



Fonte: Registros do autor.

Podemos pensar que em meio a tantas dificuldades, os moradores da comunidade retratada gostariam muito de sair daquele local, mesmo que fosse para morar na cidade. Das entrevistadas, uma tem uma casa com dois cômodos em Palmas e a outra tem filhas que também moram na capital. Mesmo existindo concretamente essa possibilidade, as entrevistadas declararam gostar de viver no campo, preferindo permanecerem na comunidade do que ir para a cidade:

Eu gosto mais é daqui...Vou dizer logo o seguinte, é porque aqui você se sente à vontade, lá na rua, assim, porque você se sente muito apertado, sei lá, você não tem como fazer nada, você não tem como plantar nada, você não tem como fazer nada, os lotes lá já é pequenininho (Dona Margarida).

Quem se acostuma na roça, não tem mais vontade de ir pra rua não. Aqui eu gosto por causa do tempo que é bom, é frio, porque na rua, misericórdia (Dona Rosa).

Percebe-se nas narrativas que apesar dos diversos problemas, as entrevistadas preferem a vida no campo. Santos (2014) ressalta que “nesse contexto, surge o conceito de territorialidade. Além do espaço geográfico que delimita os limites de suas terras, a territorialidade está também ligada ao pertencimento histórico e cultural ao lugar (246)”. Nota-se que há uma relação constituída entre as entrevistadas e o local onde vivem, que se expressa no modo de vida que levam ali. O acampamento, entendido como um “contexto de ruralidade”, além de um marcador de território, demarca a relação das pessoas que ali vivem com o contexto em que estão inseridas, ou seja, é “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 63).

Os aspectos da vida no contexto de ruralidade é também parte do ser sujeito para aqueles moradores, Gonçalves e Bock (2009) apontam que esse sujeito é uma realidade histórico-social, marcado em um modo de vida particular pelo espaço histórico, social, cultural, econômico, ideológico e permeado por uma série de relações sociais para além do interpessoal e do grupal, incluindo-se a relação com uma sociedade constituída historicamente.

Essas narrativas das entrevistadas foram muito interessantes, pois por mais que elas não gostem das condições econômicas e sociais que vivem, elas gostam do modo de vida no contexto da ruralidade, mostrando que essa relação se constitui para além da materialidade. Desde o início dessas narrativas percebemos uma relação íntima com o desejo de possuir um pedacinho de terra, de poder plantar, criar e viver naquele ambiente. Talvez isso cause estranhamento para muitos, considerando que a visão de realização pessoal hoje está muito associada a questão do sucesso financeiro, enquanto para outros um pedacinho de terra é um ato de realização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece longo o caminho percorrido da Lei dos Pobres até as nossas atuais políticas sociais, mas será que superamos o modelo do assistencialismo? Ainda há a necessidade de muitas discussões e implicação popular para que possamos trilhar caminhos de modo a combater e superar a pobreza, da mesma forma faz- se cada vez mais necessário que não naturalizemos os fenômenos sociais que circundam a consolidação da nossa sociedade, e o passado histórico que ainda hoje marca as populações negras, indígenas, camponesas, LGBTQIA+, dentre tantas outras.

Movimentos como os da higiene mental e eugenia no Brasil se fizeram presentes com intuito de tornar os centros urbanos um local mais higiênico e habitado por pessoas consideradas de raça superior, associando os problemas sociais ao processo de miscigenação e aos pobres. O projeto era fazer do Brasil uma nação forte e para tanto fez parte do escopo da higiene mental e eugenia a educação moral e a institucionalização dos considerados tarados, generados e inferiores. Isso nada mais representou do que uma justificava para naturalizar a pobreza e manter afastado aqueles que de alguma forma incomodam o ideário social considerado puro. Nesse sentido, entendemos que as condições em que vivem os moradores da comunidade Ribeirão de Chupé evidenciam os atravessamentos do ideário da higiene mental e eugenia. Ainda hoje percebemos que muitas pessoas são negligenciadas no que tange ao acesso aos direitos sociais, e na maioria das vezes vivem as margens da sociedade.

As políticas sociais surgem como possibilidades de minimização da pobreza, como descreve nossa Constituição Cidadã e em alguns períodos históricos percebemos avanços no que tange ao acesso aos direitos sociais, porém são programas que muitas vezes se acabam por questões partidárias ou não se efetivam de forma plena. Como destacado nos capítulos anteriores, as políticas sociais por si só, não são capazes de promover igualdade social, é preciso superar sua lógica de assegurar o mínimo e caminhar para uma nova forma de sociabilidade. Desta forma, a política social não pode ser entendida como esmola, uma ajuda “para aqueles que não merecem”, como pregado pela meritocracia, e sim uma possibilidade de produzir a emancipação humana, desde que supere seu caráter minimalista.

As ruralidades possuem grandes possibilidades no que tange ao desenvolvimento sustentável do nosso país, de forma mais justa e igualitária, a exemplo disso podemos citar as doações de alimento que o MST fez durante a pandemia, enquanto outros setores que também poderiam contribuir se eximiram. Enquanto o agronegócio for a prioridade, não será possível elaborar estratégias de desenvolvimento dos pequenos produtores, dos assentados, dos

acampados, dos quilombolas e dos indígenas. O que vimos ultimamente é a criminalização dessas populações que habitam os contextos do campo e da floresta, o neoliberalismo tornou a propriedade um bem acima da vida e dos direitos sociais. O movimento armamentista é parte desse processo que visa o Capital acima de tudo, o que se torna uma negligência do Estado diante das realidades de vulnerabilidade que se faz nos mais diversos cantos do nosso país.

Ao longo desse trabalho nos questionamos várias vezes, sobre o acesso das populações rurais às políticas sociais, e percebemos que algumas pessoas recebem algum tipo de benefício, mas são vistas apenas como mais um número da assistência. Os serviços públicos, como no caso da comunidade em questão, parecem não conhecer com profundidade a realidade que essas pessoas vivem, nem se quer onde vivem. Nossa pesquisa se configura como um exemplo de que não basta apenas o benefício financeiro, mas sim a promoção da autonomia, controle social, distribuição de renda igualitária, reforma agrária, dentre outros direitos sociais.

A reforma agrária também é um ponto chave para a transformação da realidade social de muitas pessoas que vivem em acampamentos, porém o que temos é um governo que cortou a verba do Incra e que fez a menor desapropriação e distribuição territorial desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Isso representa um agravo na situação de várias famílias que sonham e necessitam de um pedaço de terra que seja, para morar e garantir seus meios de subsistência, e por outro lado, representa a perpetuação da situação de vulnerabilidade de muitas pessoas.

Quanto aos serviços de saúde e socioassistenciais, percebemos a necessidade da educação permanente e do trabalho descentralizado no território, com vistas a garantir a universalidade no que tange a saúde aos direitos sociais. Sabemos que os recursos para o fortalecimento das políticas sociais tornam-se cada vez mais escassos, gerando como consequência a falta de recursos materiais de toda ordem, inclusive no que se refere a falta de profissionais, contudo, é de fundamental importância, dentro de condições objetivas, que esses profissionais estejam nos territórios.

A psicologia, enquanto ciência e profissão, precisa se ater as realidades que permeiam os contextos rurais. Por mais nossa ciência tenha tido avanços no que tange as discussões das desigualdades sociais e produzido alguns conhecimentos que discutem tais temáticas, o saber psicológico ainda embasa a criminalização de segmentos a margem, diagnósticos que rotulam e cristalizam psicopatologias e enquadram pessoas com a aplicação de testes psicológicos. Ainda temos um caminho a trilhar para a superação da psicologia hegemônica, produzida para atender aos interesses do Capital.

Reconhecemos os limites de nosso estudo, o tempo de pesquisa e o cenário pandêmico em que estamos inseridos dificultaram o aprofundamento das análises e uma maior aproximação com a comunidade estudada, mas esperamos que de alguma maneira nossa pesquisa colabore para a discussão acerca das políticas sociais e as vulnerabilidades que permeiam o contexto das ruralidades.

Durante toda a realização da pesquisa buscamos realizar reflexões éticas e críticas, que fazem parte da materialidade dos fenômenos que se apresentam na comunidade, isso também faz jus a uma psicologia inspirada no materialismo histórico-dialético, que não deixa de considerar o processo dialético entre o social e o individual, o singular e o universal.

Nosso objetivo central com a pesquisa é o de deflagar a realidade material dos moradores da comunidade do Ribeirão Chupé, com o propósito de que suas condições de vida não sejam mais naturalizadas e de mobilizar as políticas sociais para alteração daquela realidade. Destacamos que faremos a devolutiva da pesquisa a referida comunidade, estimulando o exercício da participação social, bem como encaminharemos o trabalho de conclusão de curso ao Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Nacional, para que eles possam conhecer a realidade que ali se passa para além das margens da cidade e deliberar ações e recursos para assistir as populações do campo.

REFERÊNCIAS

AFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

ALBUQUERQUE, P. G, PAZINATO, P. **Trabalho**: análise das representações sociais através da leitura da história. 2010. Disponível em:
<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0562.PDF>

ALVES, I. G. Da caridade ao welfare state: um breve ensaio sobre os aspectos históricos dos sistemas de proteção social ocidentais. **Cienc. Cult.** [online]. 2015, vol.67, n.1, pp.52-55. ISSN 2317-6660. Disponível em:<
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000100017>

ARRUDA, N. M., MAIA, A. G.; ALVES, L. C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. **Cad. Saúde Pública**, v. 34, n.6, p. 1-14, 2018. Disponível em:<
<https://www.scielo.org/article/csp/2018.v34n6/e00213816/>>

BERNARDES, J. S. (2004). **O debate atual sobre a formação em Psicologia no Brasil**- permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós- Graduação em Psicologia Social. São Paulo: PUCSP. Disponível em:<
<https://leto.pucsp.br/handle/handle/17243>>

BERUTTI, F. **Tempos e espaço** – História. São Paulo: Saraiva. 2004.

BOARINI, M. L. **A busca da perfeição**: o ideário eugenista em pauta. Ed. EDUEM. 2019.

BOARINI, M. L. **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Ed. EDUEM. 1º edição 2003. Disponível em:
<http://old.periodicos.uem.br/~eduem/novapagina/?q=node/690>>

BOCK, A, M, B. (1999). **A Psicologia a caminho do novo século**: identidade profissional e compromisso social. Recuperado de:<
<http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>>

BOLSONELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educ. rev.** (12) • Dez 1996. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/er/a/sNH6RP4vvMk6wtPSZztNDyt/abstract/?lang=pt>>

BRASIL. (2009). **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Disponível em:<
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humaniza_sus_atencao_basica.pdf>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Brasília, DF. Disponível em: <[Constituição da República Federativa do Brasil \(senado.leg.br\)](http://senado.leg.br)>

BRASIL. **Lei nº 8080 de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília. 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**. 2021. Disponível em:< <https://dados.gov.br/organization/about/ministerio-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-mapa>>

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Marca dos 10 anos do Suas representa o início da consolidação da política socioassistencial**. 2015. Disponível em:< <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/abril/marca-dos-10-anos-do-suas-representa-o-inicio-da-consolidacao-da-politica-socioassistencial> >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. 48 p. ISBN 978-85-334-1985-8. Disponível em:< <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/politica-nacional-saude-integral-populacoes-campo-floresta>>

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA**. 2008. Disponível em:< [Ministério do Desenvolvimento Agrário \(MDA\) \(abc.gov.br\)](http://abc.gov.br)>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O SUAS no plano Brasil Sem Miséria. 2012**. Disponível em:<www.emater.tche.br/site/social/arquivos/assistencia-social/cartilha-o-suas-no-plano-brasil-sem-miseria.pdf>

CADERNOS DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE. – N. 23 (2015)- . Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf>

CARDOSO JR, J.C, JACCOUD, L. **Políticas sociais no brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal**. Questão Social. 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap_5-10.pdf>

CARNEIRO, M. J, SANDRONI, L. Tipologias e significados do “rural”: uma leitura crítica. In: **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI** / organizado por Sergio Pereira Leite, Regina Bruno. - Rio de Janeiro, RJ : Garamond, 2019. Disponível em:<https://www.garamond.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2019/11/O-Rural_intro1.pdf>

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, Brasília, Edição Especial, p. 31-44, jul. 2013. Disponível em: <Horacio_Martins_de_Carvalho.pdf (ufg.br)>

CASALDÁLIGA, D. P. **Descalço sobre a terra vermelha**. Direção: Oliol Ferreira. 2012.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Editora Vozes. Petrópolis. 1998.
Disponível em:< https://dlscrib.com/download/robert-castel-as-metamorfoses-da-quest-atilde-o-social_58deb0e8dc0d6068678970ed_pdf>

CASTILHA, E. D. A construção histórica das políticas sociais no brasil. **Revista Gestão Universitária**. v. 9. 2018. Disponível em:< <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/a-construcao-historica-das-politicas-sociais-no-brasil>>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em questões relativas à terra** / Conselho Federal de Psicologia. – Brasília, DF: CFP, 2019.92 p. Disponível em:< https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CFP_Relatorio_QuestoesTerraweb-14.05.2019.pdf >

COSTA, C. M. S. B; VIANA, M. R. **A questão agrária como expressão da questão social: algumas notas**. 2018. Disponível em:
<<https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/NDk1.pdf?011453>>

COSTA, C. M. S. B; VIANA, M. R. **A questão agrária como expressão da questão social: algumas notas**. 2018. Disponível em:
<<https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/NDk1.pdf?011453>>

CRONEMBERGER, I. H. G. M. TEIXEIRA, S. M.. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. **Pensando fam**. 2015, vol.19, n.2, pp. 132-147. ISSN 1679-494X. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200011>

DRAIBE, S. M. As políticas sociais brasileiras: Diagnósticos e perspectivas. In: **PEA/PLAN para a década de 90: Prioridades e perspectivas de políticas públicas**, 1, 65, mar. Brasília, 1990.

DUARTE, K. C; AMARAL, M. M. O; CARDOSO, W. R. S. **O mito da meritocracia e a educação como direito fundamental simbólico**. 2020. Disponível em:<
https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_1589_1615.pdf>

FALEIROS. V. P. **O que é Política Social**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1986.

FAO. **O estado da segurança alimentar e nutricional no brasil** - Um retrato multidimensional. Relatório 2014. Agosto/2014. Disponível em: <Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: FAO no Brasil | Food and Agriculture Organization of the United Nations>

FEITOSA, J. B. **A internação do adolescente em conflito com a lei como “única alternativa”**: reedição do ideário higienista. Maringá, 2011.

FRANÇA, N. C. P, BATISTA, R. L. **A condição de existência dos trabalhadores pobres durante a revolução industrial inglesa (1780 a 1848)**. 2016. Disponível em:<
<https://pt.scribd.com/document/462228908/A-CONDICAO-DE-EXISTENCIA-DOS-TRABALHADORES-POBRES-DURANTE-A-REVOLUCAO-INDUSTRIAL-INGLESA>>

GALLERT, A. Z; LOUREIRO, D. G.; SILVA, M. R. B; SOUZA, R.C. **Subjetividade na pesquisa qualitativa**: uma aproximação da produção teórica de González Rey. 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18055/18055.PDF>

GODINHO, I. C. **Pobreza e desigualdade social no Brasil**: um desafio para as Políticas Sociais. 2011. Disponível em: <
<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>>

GONÇALVES, M. G. M. & BOCK, A. M. B. (2009). **A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais**. In: GONÇALVES, M. G. M. & BOCK, A. M. B (Orgs.). A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica (pp. 116-157). São Paulo: Cortez.

GUEDES, C. M. G, STURM, C. E, PETRARCA, L, GUERESI, S. Brasil sem miséria na reforma agrária: avanços na inclusão social e produtiva. In: CADERNOS DE ESTUDOS

DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE. – N. 23 (2015). Disponível em:<
https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf>

GUEDES-PINTO, A. L. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora**: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

GUIMARÃES, V. O. S. Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais. **Científic@** - Multidisciplinary Journal - v. 3 n. 1, ISSN 2358-260X. 2016 Disponível em:<
<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/1921>>

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013. Disponível em:<
<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voJ4T345.pdf>>

IANNI, O. Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=29689&view=detalhes>>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Disponível em:<
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais** – acompanhamento e análise | 13 | edição especial. Disponível em:<
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/bps_completo.pdf>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desenvolvimento Rural**: políticas sociais – acompanhamento e análise | 10 | fev. 2005. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4592/1/bps_n.10_DESENVOLV_RURAL10.pdf>

JACCOUD, L. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS; UNESCO, 2009. p. 57 – 86.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protectaosocial.pdf

JESUS, L. A. **A reforma agrária no Brasil**. 2009. Disponível em:<

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9408/1/Luis%20Alberto%20de%20Jesus.pdf>>

JOSÉ FILHO, M. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo. (Org.). **Desafios da Pesquisa**. 1ed .Franca: UNESP, 2006, v. 1, p. 63-75.

JÚNIOR, F. A. F. S. P. **A Evolução Das Políticas Sociais No Brasil: O Período De 1930 A 2010**. 2014. Disponível em:<

<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf>>

LANDINI, F. e cols. (2015). **Hacia una Psicología Rural Latinoamericana. Ciudad Autónoma de Buenos Aires**: CLACSO. Disponível em:<

https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/129332/CONICET_Digital_Nro.4336604e-444f-43e9-bdcc-c00405227945_Z.pdf?sequence=5&isAllowed=y>

LEITE, J., MACEDO, J. DIMENSTEIN, M, DANTAS, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: J. Leite, & M. Dimenstein, **Psicologia e contextos rurais** (pp. 27-55). Natal: Ed UFRN. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/317646743_A_formacao_em_Psicologia_para_a_a_tuacao_em_contextos_rurais/link/59467fc145851525f899a224/download >

LOPEZ, I. **Em busca da cidadania global**. Entrevista com Boaventura Souza Santos. 2012.

Disponível em :< http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_e.html>

MARIA, P. F, BAENINGER, R. **Migração e pobreza**: primeiras aproximações para o brasil (1995-2014). 2016. Disponível em: Microsoft Word - gt4_50.doc (br.s3-sa-east-1.amazonaws.com)

MARTÍNEZ, A. M, GONZALEZ REY, F, PUENTES, R. V. **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade [recurso eletrônico]**: discussões sobre educação e saúde / Albertina Mitjans Martínez, Fernando González Rey, Roberto Valdéz Puentes, organizadores. - EDUFU, 2019. Disponível em:<

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30262/1/EpistemologiaQualitativaTeoria.pdf>>

NASCIMENTO, V. A. S et al. A formação de psicólogas (os) para a atuação nos contextos rurais: a experiência da residência multiprofissional em saúde do campo. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 44-61, 2015. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/144435> >

OLIVEIRA, N. M. Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins. Palmas: Eduft, 2019.

Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1295>>

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p. Disponível em: <orientacoes_Cras.pdf (mds.gov.br)>

PADILHA, M. I. C. S, BORENSTEIN, M.S. **O método de pesquisa histórica na enfermagem**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, Out-Dez; 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/xP3qnvKypfxsX3NXZGyf3vk/?format=pdf&lang=pt>

PASINATO, L. A. **CRAS rural: lugar de efetivação da política de assistência social Estudo sobre o acesso à Política de Assistência Social por Famílias Assentadas**. 2012. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/494/1/431177.pdf>>

PAULO NETTO, J. Uma face contemporânea da barbárie. In: **III Encontro Internacional Civilização ou barbárie**. Serpa: 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657> >

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>>

PIGNATI, W, OLIVEIRA, N. P, SILVA, A. M. C. **Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros**. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/7DTpVnghMtk89q89JR43CHJ/?format=pdf&lang=pt>>

PRADO JR, C. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. Companhia das Letras, 1 ed. 2014

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: [VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf \(olheparaafome.com.br\)](#)

SANTANA, C. P. & BARZOTTO, L. A. América Latina negritudes e identidades em tempos de globalização. **Revista Darandina**. v. 11, n. 2, dez. 2018 . Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28058>>

SANTOS, L. M. Ecologia de saberes: a experiência do diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional na comunidade quilombola da Rocinha. **Tempus, Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 243-256, jun. 2014. Disponível em: Ecologia de saberes: a experiência do diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional na comunidade quilombola da Rocinha | Tempus – Actas de Saúde Coletiva (unb.br)

SANTOS, L. **Utilização de agrotóxicos aumenta até 700% no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://jornal.ufg.br/n/117073-utilizacao-de-agrotoxicos-aumenta-ate-700-no-brasil> >

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80156.pdf>>

SILVA, J. G.. **A reforma agrária no Brasil**: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, J. T. **A Precarização Do Trabalho No Brasil**. 2020. Disponível em:< A Precarização Do Trabalho No Brasil (jusbrasil.com.br)>

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Sistema Único de Assistência Social**: institucionalidade e práticas. In: BATTINI, Odária (Org.). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate. São Paulo: Veras Editora; Curitiba;PR: CIPEC, 2007.

SIQUEIRA, H. S. G. **A ideologia do produtivismo**. Publicado no Jornal "A Razão" em 16.12.2004. Disponível em: PRODUTIVIDADE (angelfire.com)

SMITH, A. "**A Riqueza das Nações**", Adam Smith, volume I, Nova Cultural, 1988, Coleção "Os Economistas", pág. 17-54. Disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/69198/mod_resource/content/3/CHY%20A%20Riqueza%20das%20Na%c3%a7%c3%b5es.pdf>

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

SOARES, A. N, SILVA, T. L, FRANCO, A. A. A M, MAIA, T. F. **Cuidado em saúde às populações rurais**: perspectivas e práticas de agentes comunitários de saúde. 2020. Disponível em: SciELO - Saúde Pública - Cuidado em saúde às populações rurais: perspectivas e práticas de agentes comunitários de saúde Cuidado em saúde às populações rurais: perspectivas e práticas de agentes comunitários de saúde (scielosp.org)

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive? Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009. Disponível em:< <https://drive.google.com/file/d/0B66viAvZOgMFSnlpVjdPQmV6dG42YlpZY0s2ZExtTWlzZWxj/view?resourcekey=0-ifpWGQbbg7RXvsQokqf0Lg>>

SOUZA, R. **Terra, Raça e Classe**: A classe trabalhadora é negra. 2012. Disponível em:< Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra – MST>

SPINK, M. J. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. 2010. Petrópolis: Vozes.

TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania**. [S.l: s.n.], 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNASUS – UFMA. Universidade Federal do Maranhão. **Contexto de implantação e aspectos organizacionais do SUS**. 2016. Disponível em:< <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/10495>>

XIMENES, L. (1941). Profilaxia da delinquência infantil, Trabalho realizado sob os auspícios da Liga Brasileira de Higiene Mental. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**. v. 3, n. 1, 36 -51.

YAMAMOTO, O. H, OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** 2010, Vol. 26 n. especial, pp. 9-24. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/vBxzyFsdLYrqSJFXNw8j9b/?format=pdf&lang=pt> >

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

- Nome: _____
- Escolaridade: _____
- Profissão: _____
- Renda: _____

1. *Desde quando você mora aqui?*
2. *Qual era seu objetivo quando mudou-se para cá?*
3. *Como era o cenário da distribuição de terras quando você veio para cá?*
4. *Era nessa região que você pretendia ter acesso à terra?*
5. *Sua família se constituiu aqui?*
6. *Como foi o processo de construção da sua casa?*
7. *Como você se mantém atualmente?*
8. *Você considera que tem uma alimentação adequada? Você tem acesso a água potável?*
9. *As condições da sua moradia te oferece algum conforto?*
10. *Porque mesmo sem conseguir um terreno você continua morando aqui?*
11. *Sua família reside na comunidade?*
12. *Você tem acesso aos serviços de saúde?*
13. *Você tem acesso aos serviços de assistência social? Recebe algum benefício?*
14. *Em algum momento desde quando você mora aqui, houve visita de algum serviço socioassistencial ou de saúde?*
15. *Como você se sente vivendo aqui?*
16. *Como é viver aqui na comunidade?*
17. *Você vive as margens de uma rodovia, você se sente percebido pelas pessoas? Alguém já veio até aqui para fazer pesquisa ou tentar auxiliá-los?*
18. *Qual a maior dificuldade de viver na comunidade hoje?*
19. *Há algum aspecto positivo que você pode destacar em viver na comunidade?*
20. *Como você avalia a atuação do governo municipal para melhorar a situação de vida da comunidade?*
21. *Quer fazer mais algum comentário ou me contar algo que acha importante que não perguntei?*

**APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS
ENTREVISTA 1 - DONA MARGARIDA**

Desde quando a senhora mora aqui?

Há 15 anos

Quando a senhora veio pra cá, qual era o objetivo da senhora?

Era ganhar uma terra

Nessa época aqui por perto tava tendo divisão de terra?

É, porque na época aqui era acampamento, povo pra ganhar terra, essas coisas, aqui era tudo cheio de barraca, até lá em cima. Aí uns ganhou, outros morreram, outros foram embora, era assim

Os que ganharam, ficaram com terra aqui perto ou foram pra algum lugar longe?

Uns ganhou terra ali [apontou com o dedo], mas não tinha água lá, nada de benefício assim sabe, mas era só a terra mesmo, até hoje só tem água quando tem chuva, água muito longe, água lá toda com 20, 30m de profundidade

A senhora veio pra cá constituir família aqui, conheceu o marido da senhora aqui?

É, nós morava numa casinha lá ... mas aí eu vim pra cá, pra ganhar pelo menos um pedacinho de terra, aí deu em nada né. Eu primeiro, depois ela [Dona Flor], ela é encostada de mim

E aí vocês começaram a construir, como foi o processo?

Aí, do jeito que tá mesmo, assim.

Os materiais, vocês conseguiram doações, como vocês conseguiram os materiais, as lonas, as táboas?

Catando pedaço de pau por aí, aqui foi o dono da soja aí que era pra nós tirar daqui de dentro, né. Mas o meu não tava dentro não, só tava uma beiradinha. Aí como ele queria que o povo saísse daqui mesmo, né, aí eu disse “nam, não quero sair daqui não”, aí eles me ajudaram com esse barraco aqui ó, naquele dali e aquele lá, eles me ajudaram muito, o dono daqui da soja, da frente, mandaram o pessoal dele fazer mutirão pra mim, vieram, me deram a lona, me deram os pregos, muito boa a ajuda, isso aí eu agradeço muito a eles, que eles foram muita gente boa pra mim, me ajudaram, botaram as pessoas pra me ajudar,

E atualmente, como a senhora se mantém aqui, tem alguma renda fixa, aposentadoria?

É, eu sou encostada né, aí eu sou encostada, mas só dá mal pro remédio, é, agora eu só vivo doente. Mas dá, o pouco com Deus é muito, né

O esposo da senhora também é encostado ou só a senhora?

Ele é encostado porque ele tem um aparelho no coração

No momento tá vivendo só a senhora e ele na casinha?

É, só eu e ele. Mas é mais eu, ele fica mais pra rua

E a questão da alimentação, a senhora considera que a senhora tem uma alimentação saudável, consegue ter alimentos sempre, como é?

Tem nada, é só um arrozinho com feijão

Coisas que a senhora consegue por aqui mesmo, né?

É, a gente vai na rua, né, compra um pouquinho de um, um pouquinho de outro, né. A gente tem que criticar, né, porque as passagens tá muito cara

E a senhora, como a senhora vive?

Dona Flor: Tem Deus pra viver, arroz e feijãozinho, quando tem eu como, quando não tem ... eu moro na casa lá embaixo, eu não sou casada, não sou aposentada, vou fazer 60 anos.

E acesso à água potável a senhora tem aqui, dona Raimunda, você tem água pra comer, pra beber?

Poço, cisterna, mas aí, eu joga cloro, sabe. O Messias veio um tempo desse, ele é desse pessoal do movimento, aí eu pedi pra ele trazer, né, aí eu ponho é cloro ali. Como não tem muita água, eu ponho 5, 6, que aí uma vez nós fizemos um estudo, depende do tanto de metro né. Aí no caso eu pus 5, porque tava abaixo, agora ele vai precisar de 6 a 7.

É aquele ali o da senhora o poço, ou tem outro?

Não, é aquele ali do fundo, a água sujinha. Aquele outro tá entupido, esse aí tá isolado, não tem água não. Isso aí era de um vizinho que morava aqui, que tá morando ali embaixo.

E a questão da casa da senhora, a senhora sente que tem conforto na casinha?

Tenho

A senhora consegue ter uma caminha boa, um colchão pras costas ruim?

É o que precisa mais, viu.

Vocês vieram pra cá buscando essa questão de um terreno, né, de uma terrinha, e aí mesmo não conseguindo vocês permaneceram aqui. Teve alguma questão que fez a senhora continuar aqui, a senhora tem outro lugar pra ir?

Eu fiquei aqui mais ela criava galinha, né, aí eu também, eu gosto de plantar, eu não tô plantando esses dias porque, eu tô meia ruim, eu não plantei muito feijão, mas a mandioca tem muito plantado ali, ali tá bonito. Mas eu gosto muito de plantar minhas coisas, feijão, eu planto aqui de tudo, só que esse ano eu plantei pouco.

Se fosse pra senhora sair hoje, a senhora teria condições de ir pra cidade ou a senhora não tem nenhuma casa lá ou teria que morar com um filho?

Tenho, eu tenho uma casinha lá de um ponto, dois cômodos que aí eu moro em um, agora eu fui pra lá pra fazer o tratamento, né, que minha menina mudou né, que minha menina morava lá, aí a minha menina mudou, aí eu tô em um cômodo e aí minha outra menina tá no outro cômodo, que ela não tem marido né, não tem ninguém pra, só eu mesmo pra ajudar ela.

Aí a senhora vai pra lá só quando vai fazer algum tratamento, algum exame?

É, eu gosto mais é daqui

Tem algum motivo especial que a senhora gosta mais daqui do que a cidade?

Vou dizer logo o seguinte, é porque aqui você se sente à vontade, lá na rua, assim, porque você se sente muito apertado, sei lá, você não tem como fazer nada, você não tem como plantar nada, você não tem como fazer nada, os lotes lá já é pequenininho. Eu se eu arrumasse um pedacinho de terra que essa daqui tá doida pra arrumar um pedacinho de terra também, [se referindo a Dona Flor] coitada, e ela nem casa, nem na rua e nem em lugar nenhum, só aqui mesmo, tem pai, tem filho, tem tudo, mas aí o povo não interessa de ajudar ela, eu falo na cara dela. O pai tem condição de ajudar ela, não ajuda ela, né. Ela pra vim dizer, só aquele com a graça de Jesus e ela aqui na terra. Ela tem o povo dela que tem, todo mundo quase tudo tem condição e não ajuda ela. Eu moro lá embaixo, é raro eles vim.

Então deixa ela aqui mesmo

É, deixa ela.

Dona Flor: Eu quero é ir embora, ô meu filho, me ajuda

A senhora queria ir embora pra casa dos parentes da senhora?

Dona Flor: Não

Tem quanto tempo que senhora vive aqui?

Dona Flor: Dia 6 de fevereiro vai fazer 12 anos que eu moro aqui....

A família da senhora, os filhos, moram todos em Palmas, né?

Elas moravam aqui comigo, aí, assim, enfraqueceram de tudo, disso aqui tudo, aí elas foram, aí tinha um filhinho dela pra botar no colégio, eu disse “não, não, é melhor por favor mesmo”, porque aqui quando a pessoa adocece, se a pessoa não tiver um carro, daqui que o SAMU chega, daqui que o pessoal chega, morre.

E lá na rua ela conseguiu emprego?

Não, tá desempregada. ela já botou o currículo aí em todo lugar. Ela começou a trabalhar na casa (como doméstica), começou a ganhar no mês mil, mil e cem reais. Depois baixou pra 700, depois pra 600, a casa enorme, trabalhava o dia todinho, ela chegava morrendo em casa, cheia de dor, disse “não, pode parar com isso, você não é obrigada”. De tudo não, mas pelo menos um arrozinho com feijão nós come.

Aqui a senhora tem acesso a algum serviço de saúde ou só se a senhora ir na cidade?

Não, aqui nós não tem. A polícia não anda aqui, a gente liga, liga, liga, não vem

Agente de saúde vocês também não tem aqui?

Não, e é difícil achar não, pra aparecer aqui. Eu mesmo tem é séculos que andou uma aqui, tem três anos que andou uma agente de saúde aqui. Que eu pedi tudinho nesse tempo, ninguém veio aqui.

Também o povo do cras não anda aqui?

Ninguém, ninguém, nós somos os abandonados, os excluídos, somos abandonados, não aparece ninguém. Só aparece sabe para quê? Candidato pra pedir voto, aí nessa época aparece demais, menino. Se quiser o SAMU tem que pedir ou então paga um frete de um carro pra poder ir pra rua.

Ela aqui ela [se refere a Dona Flor] também merece demais, nem que seja uma casinha de rua, aquelas casinhas do estado né, tem muito pra dar, né. Aí tem muito fechado. Aí até agora ninguém nunca se ligou pra ela ganhar uma casinha, levar ela pra rua, né, pra fazer uma inscrição, nem nada.

Tem a questão da dificuldade, né dona Margarida, mas tem a questão que a senhora gosta daqui também, mas como a senhora se sente em relação a vivendo aqui, senhora falou dessa questão que sente excluída né?

É, é como eu tô lhe falando, né, porque aqui a gente se sente à vontade, você faz uma coisinha e faz outra, isso a gente sabe, mas eu tô bem, tem esse defeito que já me roubaram tantas vezes aqui, a gente não pode sair nem pra fazer uma precisão no mato mais, entendeu. Aqui os vizinhos aqui ó, é de dentro de casa, é cachaça que meu marido traz, é cachaça, é comida, é de tudo, e os vagabundo ainda vem roubar aqui moço. Eu tava pensando de chamar os homens mas aí eu tô estudando o caso. Aqui é muito bom, muito bom, assim, você se sente à vontade, você se sente livre.

Aqui vocês moram na beira da pista, né, aí passa tanto carro, tanta gente, vocês se sentem percebidos de alguma forma ou vocês sentem que ninguém olha pra vocês?

Eu passo bom e passo ruim aqui, é, graças a Deus aqui o povo que passa na rua, se não tiver um para um carro bem ali “ê dona, faz favor aqui”, aí um dá uma sacolinha de roupa, outro dá um pacote de açúcar e de café, agora que acabou mais, sabe, primeiro aqui era bom, povo ajudava muito a gente aqui.

Ela aqui não me deixa de mentirosa [aponta para Donas Flor], um chega aqui me pedindo de comer, aí eu vou e parto no meio, ela mesma tá acostumada de ver. Eu divido aqui no meio com o pessoal, para o pessoal fazer uma coisa dessas comigo? Não é pra gente fazer maldade?

Eu agora, tô dividindo, sabe, com essa roubalheira aqui, mas eu tô perdendo a vontade de ficar aqui, tô com vontade é de sumir no mundo. Andar no trechão aí, sumir aí, passear, andar, eu tenho parente aí pra toda banda. Mas aí amarra as condições... Porque quando a gente recebe o dinheirinho da gente, aí já se lembra tem que pagar água, tem que pagar energia, que lá é 2 cômodo, aí eu pago a minha, aí tem vez que eu tenho que pagar da Petúnia [filha de Margarida], aí tem a carne subiu, a mais ruim tá 50 reais o kg, cê chega no supermercado compra quase nada.

Eu tava falando pra Petúnia “ nós tamo é rodado nessa rua aqui, ó, nós sem trabalhar”, que eu gosto de catar minhas coisinhas, cato latinha, ferro velho, eu cato os copo com pedacinho de fio, assim, eu cato tudo o que dá pra mim catar eu cato, já é uma ajuda.

Agora a gente viu bem no início da pandemia algumas iniciativas do governo para distribuir cesta básica, vocês em algum momento ganharam alguma coisa de cesta básica, alguma ajuda?

Não, passou um aqui. Na vaquejada da madeira uma vez, passou um da vaquejada aqui e um policial passou aqui que deu uma pra mim, deu pra ela, deu para o outro ali.

E qual a maior dificuldade da senhora de viver aqui hoje?

É minhas criação que a gente não pode mais criar aqui, né. Muitas coisas mesmo

A senhora já falou dos pontos positivos, né, que a senhora gosta daqui porque pode ter espaço, pode plantar, pode fazer as coisinhas da senhora....

É, os vagabundos aqui tão demais, pode nem sair mais, se piscar o olho já tem gente curiando pra ver pra onde é que a gente sai. Roubaram a casa dela, nós somos vizinhas né desde muito tempo que eu morava aqui...

A senhora considera que o governo de alguma forma enxerga vocês aqui pra tentar ajudar?

Não vê ninguém...

Ele é muito um vagabundo...

Aqui de nada, nenhuma dessas autoridades, de ninguém. Nem de Porto, nem parte de Porto, nem de Palmas. Aqui nós não tem ajuda de ninguém. Eu tô falando assim de autoridade. Assim, as pessoas passa aí pergunta do que é que a gente tá precisando, né, tem dias que vem, tem dias que não vem, passa mesmo pra perguntar só pra perguntar mesmo.

A senhora tá tendo alguma demanda em questão de saúde, exame da senhora é alguma doença, alguma coisa?

Agora eu primeiro tô cuidando da minha vista, a doutora pediu mais exame pra fazer. Aí depois das vista eu vou cuidar do meu corpo, sabe, que eu sinto uma dor demais assim, descendo pelas pernas, tem dia de noite que eu não durmo, aí passa pra cabeça, o corpo todinho.

E acesso à vacinação, vocês tiveram, conseguiram se vacinar?

Dona Flor: vacinar de quê, menino?

Outra participante: eu fui vacinada, eu já tomei a segunda dose

A senhora foi vacinada contra a covid? Uma né, e a outra não conseguiu tomar?

Dona Flor: Uma. Não fui pra rua ainda... Tem que ir lá na rua se quiser, se você quiser alguma coisa tem que ir lá, mas aí ó, a passagem pra ir e pra voltar

Ah, não foi pra rua e ninguém veio aqui também aplicar? Ninguém da saúde?

Dona Flor: Não, aqui não vem não, tem que ir lá na rua se quiser, se você quiser alguma coisa tem que ir lá, mas aí ó, a passagem pra ir e pra voltar.

E outro, você vai no postinho, você pra conseguir uma consulta, tem que agendar mermão, e é luta pra você conseguir um agendamento. De Porto nunca vieram, pessoal da saúde, quem vinha era um rapaz do São Francisco, que não vem mais, porque agente de saúde é de porto, ele mora lá né, só veio duas vezes aqui.

A questão que a senhora falou, das plantações né, tem a questão da terra de vocês que afastaram a cerca pra cá também, e só foi esse ano ou foi o ano passado?

No ano passado

Que afastaram só pra tirar a casa de vocês da terra, e aí como foi, já veio a polícia pra tirar vocês, como foi?

Foi a polícia, a justiça que veio, a justiça do pessoal aí. Só que a terra do fundo não é daquele povo ali, daqueles que tem um, que lá deles é onde passa uma cerca pra lá. Isso aqui já é de outro que mora lá no cafundó de judas pra aculá, que ela faz assim. Essa terra aqui ela pega a beira da cerca e vai fazendo assim, sabe, e aqui vai descendo de novo e entra ali. [desenhou no chão]

E aí o pessoal veio e já mandou vocês tirar as casas?

É, mas foi muito gente boa, eles vieram, pediram acordo, vieram de boa comigo. Eu não tenho nada que dizer deles não, eles queriam alugar, eles queriam alugar a casa o tanto que eu quisesse, né, pra mim morar lá na rua, esse pediram, sair daqui, eles iam alugar casa. Mas não era, sabe, eles queria que nós saísse daqui, se nós saísse daqui ele ia pagar só dois meses e nós ó [sinalizou fechando o punho e batendo a mão em cima]. É, porque se ele pagar só dois meses aí como é que ia fazer depois, como é que nós ia pagar aluguel, para levar um tanto de troço desse, no meio da rua.

E depois era capaz de derrubar a casa ainda, quando vocês saísse, né?

Não, mas ele ia dar o caminhão pra tirar tudo, mas só que nós não tinha, como eu falei pra ele, disse “agora, se você der um pedaço de 20, 30m pra nós, aí já cabe nossas coisas, que é um pedacinho até bom, não é. Aí já dava pra nós criar nossa galinha, plantar um pé de mandioca, um pézinho de feijão, plantar um pézinho de abóbora e que plantasse alguma coisa que a gente quisesse né. Não, “mas aí não tem condição disso”, tem sim, tem que eu conheço a terra de vocês todinha, é terra demais, moço.

Eles passavam com avião também né, jogando agrotóxico?

Direto, meu filho, mata as nossas plantas, tudinho, pé de pimenta, pé de abóbora, as macaxeira fica assim [movimento com a mão fechando punho], o feijão fica assim tudo com a vagem enrolada. Aqui antes deles ficarem plantando aqui, ave Maria, eu dava trem demais aqui pro povo, quiabo, nós tinha tudo.

Aí depois que eles começou a plantar as coisas não renderam mais

É, eu deixei até mais de plantar, só que eu ainda plantei ainda mandioca, que é dentro do chão, né, a terra ainda chupa um pouco de veneno. Mas aí a mandioca, a abóbora tão bonita, só enquanto eles não começam a jogar veneno, na hora que eles começarem a jogar veneno peca tudo, as folhas embola tudo, tudo.

E a água do rio vocês conseguem usar ou por causa do veneno também não usa?

Eu mesmo tem uns três anos que não uso mais, uns três pra quatro anos.

Dona Flor: Eu não fui lá mais não, fui proibida. Aqui ó [mostra marcas de vitiligo na perna] e a médica falou pra mim pra gente não ir mais lá não que é muito poluída, meu filho, veneno, aí ó [mostra a perna] sofri.

A gente banhava lá e tava consumindo.

Foi por causa do veneno, foi, que a perna dela

Dona Flor: Água poluída

Ah tá, aí a perna da senhora ficou ruim da água?

Ficou ruim, ela ficou foi quase toda branca, voltou ao normal, o negócio é que ela não continuou no tratamento.

Aí surgiu essas manchas?

Dona Flor: água poluída, aí como eu sou morena, sou preta mesmo, aí fica essas manchas brancas, essa parte aqui a pele foi quase toda trocada, passava papelão. Cê pode enviar isso aí pra qualquer um, essa água desse Chupé é poluída, já ví foi... ficar calado é melhor. Já vi mesmo, vou mentir não, piau desses morto bem aí.

Esse ano vai fazer três anos que não pesco mais aí. Água poluída do rio, mas é muito bicho mesmo

Já que não vem médico, vocês fazem uso de algum, dos produtos que tem na massa, de casca de pau, é uma solução pra vocês

É, e eu gosto, sabe, porque mais que cura as pessoas mesmo é a casca da aroeira e a manga verde

ENTREVISTA 2 - DONA ROSA

Desde quando senhora mora aqui?

7 anos

Qual era o objetivo da senhora quando senhora mudou pra cá?

Eu vim pra cá mesmo só pra passear e fiquei

Mas a senhora tinha em mente conseguir um pedacinho de terra também?

Todo mundo tinha, né, agora acabou. Todo mundo tinha né, esse sonho de ganhar uma terrinha pra criar suas coisinhas, plantar, mas agora...

A família da senhora mora toda aqui ou só a senhora?

Na verdade mora eu, marido, minhas meninas morava tudo aqui mas roubaram tudo delas e foram embora.

Pois a questão do roubo tá bem comum aqui, a senhora disse que roubaram as panelas...

Aqui em casa só deixaram as duas carimba de dormir e as panelinhas que tava escondidas. O resto levou tudo, bicicleta, facão, machado, canício de pescar, tudo.

Dona Margarida: E vai ali pra ver se tem alguma panela no fogo, não tem, pessoas que faz isso, moço, quem rouba não tem nem o que comer no outro dia. Os próprios vizinhos faz isso.

Aquele barraco ali que tacaram fogo que é roubado, né, mas aqui era assim, não tava roubando mais do que o outro, sabe, aí um queria ser mais do que o outro, roubava e jogava a culpa nas costas do outro, aí quando o outro tava aqui o roubo caiu ...

Como a senhora se mantém atualmente, a senhora recebe algum benefício?

Eu recebo 130 do bolsa família

Esse é o dinheiro que a senhora recebe pra se manter aqui, e dá pra conseguir fazer as coisas com 130 reais?

Dá, porque, tem uma galinhazinha, de vez enquanto come um, quando não tem outra coisa, né, eu vivo é assim

E questão de alimentação, senhora considera que tem uma alimentação adequada, consegue se alimentar todo dia direitinho ?

Não meu parceiro, a gente aqui não consegue se alimentar bem

E se a senhora saísse daqui, teria outro lugar pra ir morar, na cidade também não tem?

Tem a casa da minha menina, mas morar na casa dos outros, também não dá. Vou lá, passo dois dias e já quero voltar de novo.

Quem se acostuma na roça não tem mais vontade de ir pra rua não

E serviço de saúde, a senhora tem acesso a algum serviço de saúde ou só quando vai na rua?

Aqui não, só quando vai na rua

Na rua a senhora consegue?

De vez enquanto, tem dois anos que eu fiz uma consulta pra fazer exame de vista, marquei na verdade mas até hoje... A dificuldade aqui é imensa porque a passagem é 15 conto, daqui até ali em Palmas.

E a questão da assistência social, o único que a senhora consegue é o bolsa família?

Aqui é difícil aparecer um cristão pra dar uma cesta básica pra gente, de vez enquanto o povo da igreja vem na casa dela ai se reúne todo mundo e as vezes arruma uma cesta...

O benefício do bolsa família da senhora é de porto ou em palmas?

Em Palmas

É engraçado que apesar de você estar em porto, no município de porto, vocês conseguem a maioria das coisas em palmas

Não vem nada de porto pra cá não

Como a senhora se sente vivendo aqui?

sei lá, a gente se sente é largado por todo mundo, aqui só aparece cristão em tempo de política pra vir pedir voto, e quando ganha some, promete o céu com as estrelas, até a lona que prometeram pra gente, quando a gente liga “não, você mora aonde?”, é assim.

É engraçado porque eu até achei, que a gente liga lá em Porto, a gente ligou mesmo no CRAS, pro pessoal vir fazer uma visita, pra vê se conseguia algum benefício pra vocês...

Eles já vieram aqui, sabe, mas foi esses aqui [apontou para Palmas], não foi o pessoal de Porto.

A gente ligou lá, aí o pessoal “quem é, onde é que é, onde é que fica”, não sabe, e por que a senhora acha que o pessoal não conhece aqui?

Aqui eles só conhecem em tempo de política, igual eu tô te falando, aqui quando é tempo de política pega e se aparecer, aqui tinha um monte de criança, a mulher pega o meu “ah, perai”

meu braço, cheirava, dizia que ia trazer as coisas no outro dia, até hoje... Aqui é assim, o povo só enxerga a gente em tempo de política.

Dona Margarida: Se não vir uns pastor, se não vir assim como a vocês, já tá, já veio duas vezes, né, por sempre os pastor, as pastora vem, aí faz um cultinho lá, traz umas cestinha, né, aí eu chamo todo mundo pra ir lá.

E qual a maior dificuldade da senhora que faz de viver aqui hoje?

É os roubo que tem demais aqui, e as dificuldade, tu tá vendo na cara como é que nós vive aqui

Dona Margarida: Se nós não tiver um dinheirinho pra ir na rua, a gente não vai não. Aqui polícia não anda, que era o principal, que era pra ele tá andando aqui, de ver como eu já falei pra eles, falei um bocado de vez, disse “eu quero que vocês fica fazendo visita pra nós”, não é obrigado assim, né, outras coisas, todo dia, mas faz visita pra nós, que nós se sente muito bem, não vem nem chamando, não vem. Olha aí, com aconteceu esse negócio lá em casa, aconteceu com ela um bocado de vez, cadê? nunca veio.

- No dia que roubaram aqui, fiquei das 2 até 6h ligando pra polícia, porque o povo pegou a leitoa aqui na rua de bicicleta, veio na casa da amiga a polícia, veio aparecer quase 7 horas da manhã, nós tudo acordado, vigiando o homem que tinha roubado. Policial veio, só olhou aí, até hoje...

Dona Margarida: Tô te falando que aqui nós é escarrado, só aparece gente na época das política velha, por isso eu passei na cara deles no ano passado, passemos na cara de uns, disse “vocês só reconhece nós quando é no tempo das políticas, quando passar as políticas vocês faz de nós uns cachorro, sendo que vocês ficam rico roubado é por causa de nós, se não fosse nós vocês não tava lá dentro do gabinete lá só olhando pros papel, sentar lá e ficar olhando no celular”. Entra lá que eles não dão nem fé da gente. Se a gente fosse pra pegar uma coisa lá dentro, eu digo porque aconteceu comigo, porque eu fui falar lá com um lá, né, aí eu não entrei lá, eles nem viram quando eu entrei, só quando eu falei assim “boa tarde” “o quê que a senhora deseja?”.

E a vacinação, a senhora conseguiu ter acesso, tomar vacina?

Não, meu parceiro, quando fui lá na rua não tinha, também não tinha como esperar, quando veio um agente de saúde, não sei nem quantos anos. Aí eu tava do outro lado lavando roupa, aí ele apareceu, perguntei por quê que as vacinas não vinha, porque não tem condição de tá indo na rua direto caçar vacina, até porque a passagem é cara, é difícil né.

A senhora faz uso da água do rio, da água do poço?

do poço, mas tem gente que usava ali a água do rio, mas o povo jogava galinha morta, fazia as necessidades na água para fazer o mal para os outros.

Tem um ponto positivo aqui, que a senhora gosta?

Aqui eu gosto por causa do tempo que é bom, é frio, é quente, porque na rua, misericórdia

Dona Margarida: A gente se sente a vontade, só não se sente mais a vontade por causa dos vagabundo, mas se não fosse isso, avemariaaaa...a gente tava no céu

Aqui tem uns que rouba e tem uns que compra, rouba pra vender

A senhora consegue plantar alguma coisinha aqui no quintal?

Planta mais não, antigamente nós plantava, feijão, abóbora, agora nem as plantas não ficam mais viva

Dona Margarida: Os coentro, as cebolas, as cebolas já plantei aí e deu as folhas desse tamanho...

Presta mais não depois que começaram a bater veneno, planto mais nada porque não dá mesmo.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012/Resolução 510/2016)

Título do projeto: Políticas sociais e a garantia de direitos: análises a partir da história

Pesquisador responsável: Prof.^a Dra. Juliana Biazze Feitosa

Telefone: (45) 99942-8785

Convidamos o (a) senhor (a) a participar como voluntário da pesquisa “**POLÍTICAS SOCIAIS E A GARANTIA DE DIREITOS: ANÁLISES A PARTIR DA HISTÓRIA**”, coordenada pela Prof.^a Dra. Juliana Biazze Feitosa, vinculada à Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Miracema - Curso de Psicologia. O objetivo da pesquisa é avaliar se a execução das políticas sociais (saúde, assistência social, habitação, saneamento básico, transferência de renda, trabalho e renda, educação, segurança, dentre outros) no Brasil tem de fato colaborado para universalização e garantia de direitos e melhoria das condições de vida da população. A relevância da pesquisa se dá pelo fato de as políticas sociais serem necessárias para minimizar os efeitos da desigualdade social e no atual momento adquirem extrema relevância, considerando o desmonte que vêm sofrendo, a falta de investimento financeiro, a privatização dos serviços públicos e a sua importância neste período de pandemia do Covid-19 para evitar uma crise sanitária, econômica e social ainda maior do que estamos vivendo.

Informamos que o projeto da referida pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética CAAE 47991721.3.0000.5519. Conforme a Resolução CNS N° 466 de 2012 do Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde, os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Será muito importante a sua participação na pesquisa pelos motivos expostos e essa se dará por meio de entrevista individual. A entrevista será previamente agendada, de acordo com a sua disponibilidade e acontecerá, no período crítico da Pandemia do Covid -19, pelo telefone, videochamada do WhatsApp ou google meet, ficando a seu critério a escolha das modalidades previstas e será gravada, caso permita e seja possível.

Sua participação é totalmente voluntária, o que possibilita a recusa em participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer prejuízo. Ao aceitar participar, será respeitado o sigilo profissional postulado no Código de Ética de Psicologia e todas as diretrizes previstas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde que tratam das pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais (RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 e RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016). Esclarecemos que os participantes da pesquisa serão identificados com nomes fictícios, garantindo que não haja qualquer forma de reconhecimento por terceiros.

As informações coletadas serão utilizadas somente para fins de pesquisa, tratadas com absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. O material resultante da gravação da entrevista e a sua transcrição será guardado em local seguro, de acesso apenas ao entrevistador e/ou pesquisador responsável. Apesar de todo o rigor descrito, cabe-nos informar que a participação na pesquisa envolve alguns riscos, a saber:

1. O participante pode se sensibilizar ao relatar a sua condição de vulnerabilidade social e dificuldade para acessar os direitos sociais, bem como o mesmo ocorrer com os profissionais das políticas públicas, ao manifestarem os desafios vividos em seu cotidiano profissional;
2. Durante a realização da entrevista o participante da pesquisa pode apresentar desconforto ao expor sua história e experiência, desencadeando memórias negativas, medo, vergonha, constrangimento, receio de revelar informações, sentimento de invasão de privacidade, entre outros sentimentos que podem ser despertados, sendo respeitado os limites impostos pelo participante da pesquisa;
3. Por se tratar de uma pesquisa em ambiente virtual existem riscos relacionados ao uso de ferramentas digitais, considerando as limitações dos pesquisadores em assegurar total confidencialidade e o potencial risco de violação dos dados, entretanto assumimos o compromisso de tomar todo o cuidado com o armazenamento dos dados para que isso não ocorra.

A fim de minimizar os riscos citados, as entrevistas serão realizadas de forma acolhedora, amparando-se nos pressupostos da ciência psicológica, que tem como expertise o manejo do sofrimento psíquico, colaborando para a ressignificação das condições e do projeto de vida, a partir do acolhimento incondicional e das demais práticas de cuidado. O participante da pesquisa terá total apoio da equipe de pesquisadores e caso algum risco se materialize a pesquisadora responsável fará atendimentos psicológicos com o participante e se a situação persistir por um período maior realizará os encaminhamentos para os serviços de saúde que o

Assinatura do pesquisador RG

Qualquer dúvida com relação à pesquisa será esclarecida com a pesquisadora: Nome: Juliana Biazze Feitosa, no endereço: Av. Lourdes Solino, 195 - St. Sussuapara, Miracema do Tocantins - TO, Cep: 77650-000. Telefone/e-mail: (45) 99942-8785, Juliana.biazze@mail.uft.edu.br. Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa será esclarecida com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, no endereço abaixo: ALMOXARIFADO CÂMPUS DE PALMAS, Telefone (63) 3229-4023, e-mail: cep_uft@uft.edu.br.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Políticas sociais e a garantia de direitos: análises a partir da história

Pesquisador: JULIANA BIAZZE FEITOSA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 47991721.3.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - Câmpus universitário de

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.177.004

Apresentação do Projeto:

As políticas sociais favorecem a regularidade no mercado de trabalho adotando mecanismos de colocação e formação de mão de obra, auxílio ou seguro-desemprego, transformando-se em uma ferramenta para a realização dos interesses da classe dominante. Todavia, o autor reforça que ao avaliá-las não podemos reduzi-las à medidas boas, ruins, ou manipuladoras. Têm-se que compreendê-las dinamicamente, como resultante da pressão popular e da relação entre o Estado e o processo de acumulação de capital (FALEIROS, 1980).

Na apresentação do projeto, tem-se uma descrição da proposta do trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

- Avaliar se a execução das políticas sociais no Brasil tem de fato colaborado para universalização e garantia de direitos e melhoria das condições de vida da população.

Objetivos específicos:

- Entender as expressões da questão social, a partir da história;
- Avaliar como se dá (ou não) o trabalho interdisciplinar e intersetorial entre as políticas públicas;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A avaliação dos Riscos, foi realizada adequadamente: no PB - Informações básicas do projeto, Projeto completo e no TCLE.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almojarifado
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 5.177.004

Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Termo de responsabilidade dos dados.pdf	18/08/2021 18:23:44	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Outros	Termo de autorização de registros audiovisuais.pdf	18/08/2021 18:22:04	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaração de compromisso dos pesquisadores.pdf	18/08/2021 18:21:19	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE final.pdf	18/08/2021 18:12:18	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Folha de Rosto	Folha de rosto 1106.PDF	11/06/2021 11:38:36	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Outros	Roteiro de entrevista.pdf	27/05/2021 16:13:46	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Outros	anuencia Palmas.pdf	27/05/2021 16:08:39	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 18 de Dezembro de 2021

Assinado por:

PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br